

# APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA é a maior vitória do segmento em **20 anos**

Página 26

## Confira!

Coluna Sindicatos | página 53  
Agenda de Eventos | página 59

Segurança privada cria 45 mil postos de trabalho em 12 meses e volta a crescer após seis anos **pág. 20**

Entrevista: Cristiano Jomar Costa Campidelli,  
Coordenador-Geral de Controle de Serviços e  
Produtos da Polícia Federal **pág. 34**

Enesp Centro-Oeste **pág. 10**  
Operação Segurança Legal **pág. 19**  
Reforma Tributária **pág. 40**

03 a 05  
setembro  
2024

Distrito Anhembi  
São Paulo | SP

**ISC BRASIL**

International Security  
Conference & Expo



**ISC BRASIL**  
2024 ■ CONFERENCE

**PREPARE-SE PARA UMA JORNADA INÉDITA!**

Conectando conteúdos de alta qualidade a experiências estratégicas para networking e geração de negócios, a ISC Brasil emerge como o principal evento corporativo para reunir gestores, decisores e especialistas do setor de segurança integrada no Brasil.

- 02** palcos
- 03** keynote speakers
- + 70** especialistas renomados
- + 1,5 mil** gestores de segurança
- + 40 horas** de conteúdo

### TRILHAS TEMÁTICAS

- Gestão e Liderança
- Soluções Integradas
- Tecnologia Aplicada e Tendências de Mercado
- Integração Segurança Pública e Privada

**24 painéis em 3 dias de evento**

### KEYNOTE SPEAKERS CONFIRMADOS



**Christopher Davis**  
Chief Security Officer  
da Microsoft USA  
(Ex Executive Sr. do FBI)



**Renato Monteiro**  
Global Head of  
Privacy no Twitter/X

**COMPRE SUA  
CREDENCIAL!  
ACESSE O  
QR CODE**



**iscbrasil.com.br**

[f iscbrasil](#) [in iscbrasil](#) [@iscbrasiloficial](#) [iscbrasiloficial](#)

ISC PELO MUNDO:



EM PARCERIA COM:



ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO:



# FIZEMOS HISTÓRIA

O caminho foi árduo e longo! Quase 20 vinte anos desde que foi iniciado o trabalho no Congresso Nacional para reformar a lei que regulamenta o nosso setor. Mas a batalha travada valeu a pena. Tivemos fôlego e ânimo para superar o tempo, as crises econômicas, mudanças de governo e até mesmo uma pandemia mundial que afetou a economia de todos os países.

Os obstáculos encontrados no meio do caminho foram sendo superados. Não esmorecemos com as dificuldades, ao contrário, travamos essa batalha porque tínhamos a certeza de que a persistência nos levaria a este momento: a conquista da nova lei da segurança privada.

Esta batalha não é minha. Herdei esta tarefa de dois presidentes que me antecederam: Jerfferson Simões e Odair Conceição, que, durante seus mandatos, se dedicaram com afinco para que o Estatuto da Segurança Privada se tornasse uma realidade. Peguei o bastão e, ao longo dos últimos 10 anos, juntamente com os nossos diretores, presidentes de Sindicatos, e uma equipe, de homens e mulheres, nos dedicamos dia após dia, meses após meses, ano após ano, na luta pela aprovação do Estatuto primeiro na Câmara e, depois, no Senado.

**Missão dada, missão cumprida!**

Temos agora em nossas mãos uma lei que, em breve, será sancionada pelo presidente da República, o que significa um novo tempo para a segurança privada no Brasil.

Sem sombra de dúvida, apesar dos longos anos que a proposta levou para ser analisada, votada e aprovada pelo Congresso Nacional, esta lei é atual e, a partir dela, o serviço de segurança privada praticado no Brasil não deixará nada a desejar quando comparado ao do resto do mundo.

Conhecemos a atividade de segurança privada em vários países que tivemos a oportunidade de visitar. Ressentíamos por não possuir uma legislação avançada, contemporânea, que nos permitisse o uso de tecnologias ultramodernas aplicadas à atividade.

Tínhamos, sim, uma legislação totalmente defasada, vigente há 40 anos, que não acompanhou a modernidade dos novos tempos e, pior ainda, não previu o aumento da criminalidade no País, com a utilização de equipamentos e tecnologias avançadas utilizadas na prática de crimes. Essa lei criava barreiras para o próprio órgão fiscalizador que, por falta de previsão legal, não tinha meios para coibir e criminalizar a atividade ilegal e clandestina que hoje supera as empresas devidamente legalizadas no País.

Com certeza, essa lei significa um marco para a segurança privada no Brasil. Além de todas as inovações que a nova lei representa, como mais segurança jurídica para as empresas de segurança e de transporte de valores, instituições financeiras, comércio, melhores condições de tra-



balho para os profissionais da segurança privada, geração de milhares de novos empregos, é importante ressaltar que a população brasileira será a maior beneficiada, que poderá contar com um serviço de segurança legal, cujo papel principal é preservar a integridade física das pessoas que transitam pelos diversos locais, públicos ou privados.

Faço questão de registrar a importância da união entre empresários, trabalhadores e órgão regulador na construção de um texto em que fosse possível conciliar e defender os interesses de todos. Sem cada um ceder um pouco, talvez não tivesse sido possível chegar a um consenso.

Todos os esforços foram importantes. Muitas vezes abdicamos do nosso tempo, deixamos nossas empresas, nossas famílias, para tratar do Estatuto em Brasília. Não foi fácil, mas não um tempo perdido. Estamos convencidos de que todas essas mudanças, por meio da nova lei, nos colocam rumo a um futuro promissor.

Quero agradecer publicamente o empenho do senador Laércio Oliveira, que, de forma decisiva, conseguiu sensibilizar seus pares da importância da votação do Estatuto da Segurança Privada, além de construir o entendimento com todos os setores afins para que a nova lei fosse uma realidade para todos.

Agradeço também a cada um que, de uma forma ou de outra, participou desse processo e deixou sua contribuição em prol dessa conquista. Somos todos protagonistas dessa história.

Sabemos que a nossa luta por melhores condições para o segmento não chegou ao fim. Temos ainda grandes desafios e temas a serem trabalhados em futuro próximo. Enfrentaremos um grande desafio para o nosso setor, a reforma tributária, a ser implementada no País nos próximos anos.

Com a mesma união e força, estaremos juntos para vencer todos os novos desafios.

Agora vamos comemorar e renovar as energias para seguir em frente e com esperança nos novos rumos da segurança privada.

**Jeferson Nazário**  
Presidente da Fenavist



### Presidente

Jeferson Furlan Nazário

### Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

### Vice-Presidentes

Alex Bortoletti , Alípio José Castelo Branco Junior, Amílto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto , Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jefferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin , Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

### Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlin Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salette Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotto, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

### Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

### Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

### Conselho Fiscal

Cledemar Antonio Mazzochin, Denilson Colodetti Pinheiro, Eginaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

### Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

### Conselheiros Sesc/Senac

Jefferson Simões, Lélcio Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

### Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélcio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

### Superintendente

Ana Paula Queiroga

### Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273  
ascom@fenavist.org.br

### REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

### REVISÃO

Fátima Loppi

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lúgia Uchôa

### IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.  
ascom@fenavist.org.br  
55 61 3327-5440

### Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar  
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120  
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440  
www.fenavist.org.br  
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

**6** ISC Brasil Conference é a novidade para a edição de 2024 do maior evento de segurança integrada do País

**7** Fenavist integra Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio

**8** Artigo: Mudança de Postura

**10** Campo Grande foi a sede do Enesp Centro-Oeste 2024

**12** Segurança Privada lamenta a morte do advogado Juliano Costa Couto

**14** Artigo: Federação Mundial de Segurança Obtém Status Consultivo no ECOSOC da ONU

**16** Cebrasse comemora 20 anos com premiação aos parceiros de luta pelo desenvolvimento do País

**19** Polícia Federal realiza a 8ª fase da operação Segurança Legal

**20** Segurança privada cria 45 mil postos de trabalho em 12 meses e volta a crescer após seis anos

**26** Capa: Aprovação do Estatuto da Segurança Privada é a maior vitória do segmento em 20 anos

**32** Artigo: Concluída a votação do Estatuto da Segurança Privada

**34** Entrevista: Cristiano Jomar Costa Campidelli - Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal

**38** Artigo: A Justiça do Trabalho e alguns "dados"

**40** Deputado Luiz Gastão (PSD-CE) defende texto que regulamenta a reforma tributária aprovado na Câmara

**42** Artigo: O impacto das decisões jurídicas recentes e de convênios entre o poder público e a iniciativa privada no setor de vigilância e segurança privada

**44** Informação Segura

**47** Artigo: Pela aprovação do PL 1.348/19

**48** Trajetória Segura

**50** Coluna Fenavist

**52** Segurança Inteligente

**53** Coluna Sindicatos

**56** Coluna Gente

**58** Lista Sindicatos

**59** Agenda

# ISC Brasil Conference é a novidade para a edição de 2024 do maior evento de segurança integrada do País

A 17ª edição brasileira da marca ISC Security Events - International Security Conference & Expo terá como grande novidade a ISC Brasil Conference, com palestrantes do Brasil e do mundo que trarão conteúdos técnicos e gerenciais para agregar conhecimento aos executivos e especialistas do setor de segurança. O evento acontecerá entre 3 e 5 de setembro no Distrito Anhembi, em São Paulo.

O tema principal da ISC Brasil 2024 será “Navegando na Era da Conectividade: Liderança e Inovação em Segurança Integrada”. Em um ambiente totalmente imersivo, a 17ª edição do evento contará com dois palcos, três keynote speakers, mais de 70 especialistas do setor e mais de 1,5 mil gestores de segurança em 40 horas de conteúdo. Durante os três dias, serão realizados 25 painéis que abordarão as seguintes trilhas: Gestão & Liderança; Soluções Integradas; Tecnologia Aplicada e Tendências de Mercado; e Integração Segurança Pública e Privada.

“Além de atrair os principais players do setor, estamos empenhados em proporcionar uma experiência única durante o encontro. Com uma variedade de soluções e demonstrações de produtos inovadores, nosso evento visa não apenas informar, mas também inspirar e capacitar os gestores de segurança. Com uma participação significativa de líderes e decisores de alto escalão, vamos oferecer um ambiente propício ao estabelecimento de conexões estratégicas e oportunidades de negócios valiosas”, ressalta Jacqueline Gagliano, gerente de Produto da ISC Brasil.

## Palestrantes Renomados

Um dos keynote speakers será o diretor global de Privacidade do Twitter/X, Renato Monteiro. O brasileiro é uma das principais referências no setor, um dos cinco principais líderes globais da empresa. Monteiro também é membro do Comitê de Governança de Dados e representante do “X” na Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos.

Destaque também para Christopher Davis, Chief Security Officer (CSO) da Microsoft. Será a primeira vez que um evento no País receberá o mais alto executivo em segurança da gigante mundial de tecnologia. Durante o painel, ele vai abordar o tema “Liderança na Segurança”. O primeiro lote de ingressos antecipados, com valor especial de lançamento, já está disponível no site oficial.

Além disso, também estão confirmadas as presenças de José Mariano Beltrame, ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Eduardo Jany, líder de Segurança Corporativa nos Estados Unidos, com destaque para assessoria a projetos globais de segurança como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2026; Christian Perlingiere, sócio líder na Control Risks; e Alexandre de Genaro, chefe regional de Segurança Empresarial, América Latina, na General Mills.

## Casa da Segurança Privada

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) estarão juntos novamente como parceiros oficiais do evento. As entidades terão um estande conjunto. Como nos anos anteriores, o local será o ponto de encontro, negócios e networking da segurança privada na ISC Brasil.

Para saber mais, acesse <https://www.iscbrasil.com.br/pt-br.html>.





## Fenavist integra Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio

*Federação é representada pela diretora Tatiana Diniz*

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) possui 11 Câmaras, chamadas de Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços.

As Câmaras foram criadas para garantir um ambiente produtivo e aberto a debates sobre temas pertinentes aos diversos segmentos comerciais e são órgãos consultivos da presidência da CNC. Elas são compostas de empresários atuantes do setor, representantes da Confederação em organismos governamentais correlatos e técnicos e diretores da entidade de diversas partes do país.

Tatiana Diniz, diretora da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), foi indicada pela entidade para compor a Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), cuja coordenadora é a empresária cearense, do ramo farmacêutico, Laura Andrea Farias Paiva.

A CBMEC se reúne semestralmente. Tatiana foi empossada em 2023 e assim pôde participar da reunião do segundo semestre de 2023 e, agora, da reunião do primeiro semestre de 2024.

A pauta abordou a apresentação da nova coordenadora, Laura, que sucedeu a coordenadora anterior, Janete Vaz. Foi ministrada palestra sobre a importância do autoconhecimento para o empreendimento feminino. Seguindo a pauta, houve a apresentação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com foco na qualificação profissional destinada às mulheres empreendedoras. Posteriormente, foi feita a apresentação do Serviço

Nacional do Comércio (SESC), com a abordagem das ações que possam ser identificadas como de interesse das mulheres empreendedoras. Para finalizar, a Diretoria de Relações Institucionais da CNC explicou alguns projetos de interesse da mulher empreendedora que estão em tramitação e sendo acompanhados pela CNC por meio do Sistema de Acompanhamento Legislativo RENALEGIS.

Durante a reunião, Tatiana falou sobre a aprendizagem profissional. Citou sua importância para os jovens e seu forte poder de impacto social, mas também foi incisiva em dizer que a lei da aprendizagem precisa ser revista de modo que permita o cumprimento por todos os segmentos. Da forma hoje positivada, impossível ser cumprida por alguns segmentos e, para cumprir sua efetiva função social, precisa de ajustes.

Falou ainda da empregabilidade do jovem em situação de acolhimento institucional, pauta importante e que não poderia ser abordada em melhor local do que em uma reunião de mulheres que, com sua sensibilidade e questões sociais, poderão difundir o assunto dentro de cada uma de suas entidades e Federações, da mesma forma que a Fenavist vem trazendo ao debate questões de importante impacto social. Nesse sentido ainda, a empresária expôs a preocupação da Fenavist com a inclusão da mulher no mercado de trabalho da Vigilância.

Os sindicatos que tiverem interesse em levar assuntos à CBMEC, poderão encaminhar as intenções à Fenavist para que sejam passadas à Tatiana e inseridas na pauta de reuniões e debates da Câmara.



Vilson Trevisan  
Consultor Econômico da Fenavist

# Mudança de Postura

O termo inexecúvel se tornou letra morta, motivado pelo teor do Acórdão 697/2006 – “Não é objetivo do Estado espoliar o particular. Por outro lado, cabe ao próprio particular, a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar.” É a lei do mercado.

Assim, nenhum analista de proposta irá se ater ao preço inexecúvel, pois pertence ao particular a produção do seu preço, dentro da sua lógica.

Os preços referenciais da Secretaria de Logística possuíam dois patamares: o preço mínimo e o máximo. Como o mercado praticava e pratica preços abaixo do limite mínimo, a desconfiança do sobrepreço desapareceu. Qual foi o fato relevante? O certame hoje é operado pela emoção. O pregão eletrônico no anonimato desafia a ordem econômica, e os preços sofrem reduções antológicas e desacatam o Lucro, e, nas condições atuais, seu valor não conseguirá pagar o custo do seguro da proposta.

No fundo, porém, a batalha não está vencida. A nova Lei de Licitações permite utilizar um recurso previsto no artigo 63, em seu parágrafo primeiro: “Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.



**“ pertence ao trabalhador o direito à sua decisão de cumprir o prazo do aviso com redução de duas horas ou trabalhar integralmente, além das férias indenizadas e do respectivo adicional constitucional ”**

O termo constará torna obrigatória sua exigência no contexto, assim, todos que participarem do processo licitatório se obrigam a declarar, e a declaração falsa é crime previsto no Código Penal.

Para que se modifique o estado atual, devemos buscar alternativas que acreditamos ser do nosso interesse. Cria-se uma melhor perspectiva no julgamento dos valores concebidos no orçamento, podendo em sua verificação, em caso de concepção da ilegalidade, preservar integralmente o direito do terceiro.

Nesse momento, a planilha orçamentária deixou de ser mera referência. A partir da entrada em vigor da nova lei, ela assume importância ímpar para aferir os valores e a solidez de cada item de direito trabalhista nela inseridos, certificando-se que eles atendem ao previsto na declaração.

Todos os itens propostos devem prever reembolso integral, como o item férias e o contrato por 5 anos, e na planilha deverão constar as férias desfrutadas, no mínimo, quatro delas, e estar previstos os valores do abono pecuniário e um item de férias indenizadas. Nesses itens deve estar a previsão dos valores para prover os direitos dos que substituem os faltosos, bem como os que irão substituí-los durante seu desfrute das férias. No contrato de 5 anos, ele poderá trabalhar 56 meses, ou seja, a partir do segundo ano ele irá trabalhar somente 11 meses.

No item 13º salário deverá estar previsto o seu custo para os titulares e os substitutos. E assim cada direito trabalhista deverá satisfazer a declaração assinada.

As verbas rescisórias, se atendida a declaração, deverão estimar os custos para atender às Normas infralegais, tais como a IN 15 e a 99 do Ministério do Trabalho, inclusive o disposto na Lei nº 12.506, que trata do complemento do aviso de 3 dias, a cada 12 meses de labor na mesma empresa, todos indenizados, conforme Jurisprudência Trabalhista. Não deve a proposta impor decisão contrária ao que dispõe o Parágrafo Único do Artigo 488/CLT, restrição do aviso prévio, pois pertence ao trabalhador o direito à sua decisão de cumprir o prazo do aviso com redução de duas horas ou trabalhar integralmente, além das férias indenizadas e do respectivo adicional constitucional.

Nos itens de benefícios convencionais, deverão ser previstos valores para os repositores das ausências. Exemplo: Na CCT existem os itens auxílio-saúde, seguro de vida e cesta básica, que deverão ter, em item apartado, o custo deles a ser pago aos substitutos. Como apresentar? Aplicando-se o percentual que foi destacado aos direitos de reposição sobre a soma de itens descritos.

A não observância dos direitos descritos acima se torna um vício, e o artigo 59 da Lei nº 14.133 determina que serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

Boa sorte!



A região central no Brasil voltou a receber o Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) em 2024. O evento ocorreu entre os dias 22 e 23 de agosto, no Novotel Campo Grande, em Campo Grande-MS. O retorno do Enesp ao Centro-Oeste é resultado do empenho e dedicação dos presidentes dos quatro sindicatos estaduais que compõem a região. O Encontro foi realizado em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e com os Sindesp do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindesv-MS), Amilto José do Pilar.

“A região Centro-Oeste é muito importante economicamente para o segmento de segurança privada. A chave para o crescimento dos negócios é a discussão de assuntos que sejam importantes para nossa cadeia produtiva, e o Enesp Centro-Oeste promove isso com muita profundidade. Estamos vivendo um ano de grandes mudanças devido à reforma tributária e a expectativa de votação do Estatuto da Segurança Privada. Por isso é fundamental que a gente organize um evento do porte do Enesp, trazendo palestras para os empresários do setor compreenderem com maior atenção o que se passa no âmbito nacional. O Enesp é um evento que movimenta muito o segmento e faz com que as empresas trabalhem melhor no objetivo de proteger as pessoas e o patrimônio”, explica o presidente do Sindesv-MS e Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Pessoal Privada da Fenavist.

O Enesp Centro-Oeste contou com quatro painéis. O Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cristiano Jomar Costa Campidelli, foi o responsável pela apresentação “Diálogo e Ação por uma Segurança Privada maior

## Campo Grande foi a sede do Enesp Centro-Oeste 2024

*A capital de Mato Grosso do Sul receberá empresários de todo o País para discutir soluções para o segmento de segurança privada*

e melhor”. O consultor Jurídico da Fenavist, Hélio Gomes, abordou os “encantos e desencantos” dos 81 anos de vigência da CLT. A terceira apresentação ficou por conta do mentor de líderes e negócios Thiago Fonseca, que abordou o tema “Como recrutar, gerir e escalar times de Alta Performance”. O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Felipe de Sá Tavares, falou sobre as “Perspectivas da economia brasileira e impactos da Reforma Tributária”.

“O Brasil tem passado por muitas transformações em diversas áreas. Nós, empresários, precisamos estar atentos a essas transformações. Nesse contexto, o Enesp é uma oportunidade única de discutirmos os rumos da nossa atividade. E, principalmente, nos posicionarmos como atores ativos e não apenas como observadores”, afirma Amilto José do Pilar.

### Homenagem

Durante o evento, o senador Laércio Oliveira (PP-SE) foi homenageado. O parlamentar, que assumiu a relatoria do Estatuto da Segurança Privada após a matéria ser desarquivada, foi fundamental para que a nova legislação da segurança privada fosse aprovada no último dia 13 de agosto.





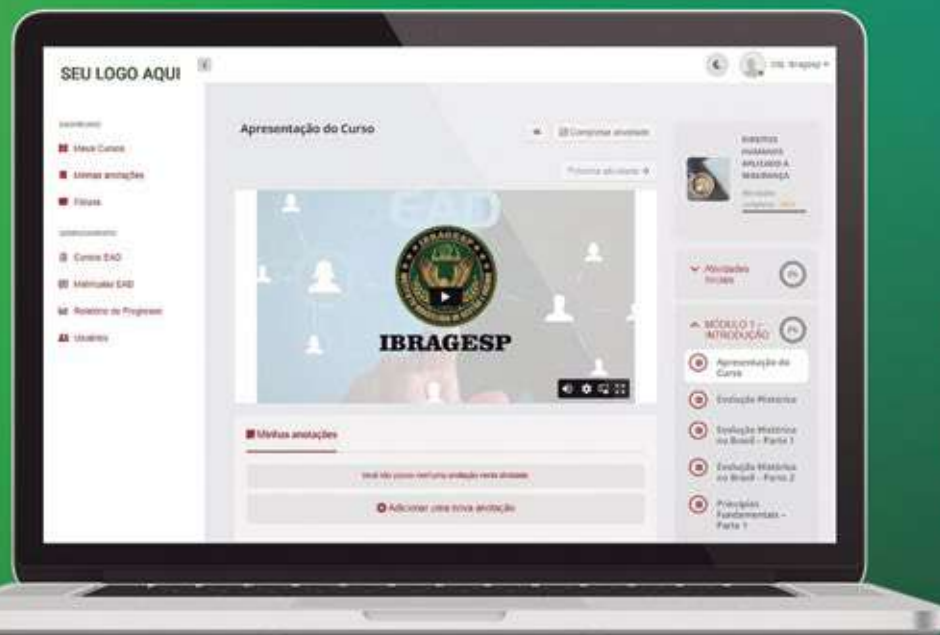
**IBRAGESP**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E ENSINO

# Treine os seus colaboradores!

- Conteúdos específicos do mercado de segurança privada, facilities & segurança eletrônica;
- Cursos presenciais (in company);
- Uma consultoria especializada no segmento para explorar a ferramenta estrategicamente, comercialmente e operacionalmente;
- Criação de **e-commerce** para escolas de formação 100% integrada e automatizada.

## Empresas de segurança e facilities.

Plataforma **100% EAD** (ensino a distância) **personalizada** com o LOGO DA SUA EMPRESA e **certificado personalizado** dos seus colaboradores



# +3700 VIDEOAULAS



+10 mil alunos do Brasil e Exterior



Novos títulos todos os meses



+4 MIL temas



Acesso ilimitado aos cursos

## Fale conosco

✉ [contato@ibragesp.com.br](mailto:contato@ibragesp.com.br)

📍 Av. São Carlos, nº 2205  
Centro - Cond Racz Center  
São Carlos/SP

in @ f ▶ **IBRAGESP**

## SEGURANÇA PRIVADA LAMENTA A MORTE DO ADVOGADO **JULIANO COSTA COUTO**

*Consultor jurídico da Fenavist,  
profissional defendia a atividade de  
forma brilhante*

Foi com profundo pesar que a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) comunicou o falecimento do advogado e consultor jurídico da Entidade, Juliano Costa Couto, no domingo, 28 de abril.

Profissional dedicado e detentor de um entusiasmo ímpar, Costa Couto atuou nos últimos anos de forma decisiva em prol da segurança privada, respeitado por todo o segmento. A admiração da atividade pelo “Doutor Juliano” foi externada com o Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional na Categoria Profissional Liberal, concedido a ele em março de 2024.

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal (OAB-DF) no triênio 2016 a 2018, graduou-se pela UDF, em Brasília, em 1997; era mestre em Direito Constitucional, Processo Constitucional, pelo IDP-Brasília, e pós-graduado em Processo Civil, pelo ICAT-Master/AEUDF. Atuava como professor universitário desde o ano 2000.

“Neste momento de imensurável dor, a Fenavist se solidariza com a família, amigos e admiradores. Que a esposa Aline e os filhos Gustavo e Manu possam se sentir abraçados e confortados pela segurança privada”, afirmou o presidente da Federação, Jeferson Nazário em nota oficial.

Ainda como forma de respeito e reverência à memória de Juliano Costa Couto, a Federação decretou luto de três dias à ocasião.



### *Última Homenagem*

“Falar sobre o Juliano seria muito fácil, não fossem as circunstâncias. Apesar de ser extremamente difícil organizar os sentimentos e traduzir em palavras todo o amor que sentimos pelo Juliano, é uma verdadeira honra poder prestar essa homenagem ao meu amigo irmão, com quem dividi meus 19 anos de advocacia.

Tenho certeza de que cada um aqui conhece muitas facetas desse ser humano incrível com quem tivemos a alegria de caminhar nesta vida. Ele foi uma pessoa transparente, de sorriso largo, sempre de bom humor e pronto para conciliar, um agregador, construtor de pontes entre incontáveis grupos, por mais heterogêneos que fossem.

Nutria profundo orgulho de sua Mineiridade e das qualidades que aprendeu com seus amados pais, Ronaldo e Virgínia, verdadeiros ídolos e exemplos que sempre fez questão de reverenciar.

Teve a bem-aventurança de ser pai de um filho maravilhoso como o Gustavo Costa Couto, com quem pôde trabalhar e partilhar suas paixões: família, amigos, velejo e advocacia.

“**Ele é e continuará sendo como o lindo sol que brilhou no dia 28 de abril de 2024, aquecendo os corações de todos que tiveram a sorte de ombrear a vida com ele. E, com sua intensa força gravitacional, atraía inúmeras pessoas do bem, as quais teve a capacidade de torná-las amigas**”

Do lindo amor vivido com a tão querida Aline teve como fruto a dócil e incrível Manu. Juntos formaram uma unidade digna de admiração. Sou testemunha do amor dele por suas meninas, do orgulho de tê-las como filhas.

Sua generosidade, seu carinho e cuidado se espalharam pelos irmãos, cunhadas, genro, sogra e amigos, amigos que, de incontáveis, não poderei nominar por tão extensa lista.

Todos, sem exceção, foram testemunhas da resiliência, da força e da vontade de viver que eram naturais do Juliano. Ele lutou bravamente, sem nunca esmorecer. Esteve sempre ativo, com a cabeça no futuro e preocupado em ter todos à sua volta felizes. Até o último segundo de vida, manteve-se preocupado em unir os seus.

O choque da sua passagem é grande, especialmente porque muitos não tinham plena noção das dificuldades que enfrentava desde o ano passado. E não tinham porque foi sua opção manter-se de pé, na luta diária, presente da forma como fosse.

Até mesmo nossos ídolos e heróis deixam o palco da vida na Terra, e ele precisou partir para novas missões no plano espiritual.

O dia 28 de abril de 2024 amanheceu lindo, como um presente de Deus para confortar nossos corações pela saudade que nosso irmão Juliano Costa Couto deixará em nossas vidas.

Ao saber da notícia da sua passagem, saí de casa em direção à sua residência e, no trajeto, tive que percorrer Brasília de uma ponta

a outra. Como que inspirado por ele, consegui olhar em volta e ver as marcas divinas em cada traço da cidade e do firmamento.

Transitei por esse percurso lembrando da sua alegria, do modo como consolava a todos com suas palavras de amor, de fraternidade, de vibração pela vida.

Cumpriu sua linda missão, sempre com integridade, sabedoria, generosidade e simplicidade, atencioso com todos à sua volta, sem qualquer tipo de distinção.

Ele é e continuará sendo como o lindo sol que brilhou no dia 28 de abril de 2024, aquecendo os corações de todos que tiveram a sorte de ombrear a vida com ele. E, com sua intensa força gravitacional, atraía inúmeras pessoas do bem, as quais teve a capacidade de torná-las amigas.

O centro gravitacional Juliano Costa Couto, amável alegre e feliz, nunca morrerá.

Tenho certeza de que passaremos por essa tormenta exatamente por ter o Juliano como exemplo e guia.

Como ele sempre fez questão de reforçar: Enfrente, vamos em frente!

Por fim, reforço a mensagem que um dia ouvi dele. Aos queridos que agora passam pelo seu luto, lembrem-se sempre de que o desejo do Juliano é que sejamos felizes. Deveremos ser felizes, portanto, por extrema gratidão a ele.”

Discurso lido pelo Dr. Éder Machado Leite, sócio e grande amigo do Dr. Juliano, durante cerimônia de despedida.

# Federação Mundial de Segurança obtém Status Consultivo no ECOSOC da ONU

Recentemente, a Federação Mundial de Segurança Privada (WSF) alcançou uma conquista significativa ao obter o status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Esse marco alcançado em 5 de junho de 2024 eleva o reconhecimento global da Federação e amplia sua capacidade de influência e participação em fóruns internacionais.

## O Significado do Status Consultivo

Esse status no ECOSOC é um privilégio concedido a organizações não governamentais (ONGs) que demonstram um compromisso firme com os valores e objetivos das Nações Unidas. Esse status permite que a WSF tenha um papel ativo nas atividades e nos processos de tomada de decisão do ECOSOC, bem como de seus órgãos subsidiários.

## Vantagens e Benefícios

### 1. Declarações Escritas

Com o status consultivo, a WSF pode submeter declarações escritas que são distribuídas aos membros do ECOSOC. Essas declarações são uma ferramenta crucial para apresentar preocupações, compartilhar insights e influenciar políticas de segurança privada em um contexto global.



Filipe Augusto de Oliveira  
Advogado, atuante na WSF



Jerfferson Simões  
Presidente da WSF

### 2. Consultas com o ECOSOC e seus Órgãos Subsidiários:

A WSF agora tem a oportunidade de participar de consultas diretas com o ECOSOC e seus órgãos subsidiários. Isso facilita um diálogo contínuo e significativo sobre questões críticas, permitindo que a Federação contribua de maneira substancial para a formulação de políticas e recomendações.

### 3. Participação em Reuniões do ECOSOC:

A obtenção desse status também permite que a World Security Federation participe de reuniões e eventos organizados pelo ECOSOC. Essas reuniões são plataformas valiosas para a Federação se conectar com outras ONGs, governos e stakeholders internacionais, promovendo a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos.

## Impacto na Segurança Privada Global:

A WSF, ao adquirir esse status, está posicionada de maneira única para influenciar positivamente o setor de segurança privada em escala global. Com um assento à mesa nas discussões do ECOSOC, a Federação pode:

- Defender os Interesses do Setor: Uma excelente oportunidade para assegurarmos que as preocu-

“

***A obtenção do status consultivo no ECOSOC pela Federação Mundial de Segurança Privada é um testemunho de seu compromisso e sua dedicação ao avanço do setor de segurança privada***

”

pações e necessidades das empresas de segurança privada sejam ouvidas e levadas em consideração nas políticas globais.

- Promover Melhorias Práticas: A ONG não medirá esforços para compartilhar e disseminar melhores práticas em busca de melhores padrões de segurança, contribuindo para a profissionalização e a melhoria contínua do setor.

- Facilitar a Cooperação Internacional: Temos como um dos objetivos fortalecer a colaboração entre empresas de segurança privada de diferentes países, promovendo uma abordagem unificada e eficaz para desafios de segurança global.

#### 4. Estabelecimento de Padrões Globais

A WSF trabalhará para estabelecer e disseminar padrões globais de segurança privada. Isso inclui compartilhamento de informações sobre práticas operacionais, treinamento e desenvolvimento profissional, tecnologia de segurança e gestão de riscos. Esses padrões ajudarão a elevar a qualidade e a consistência dos serviços de segurança oferecidos em todo o mundo.

#### **Obrigações e Responsabilidades Advindas da Conquista**

A obtenção do status consultivo no ECOSOC pela Federação Mundial de Segurança Privada (WSF) não só traz benefícios significativos, mas também impõe uma série de obrigações e responsabilidades. Essas responsabilidades garantem que a Federação contribua de maneira relevante e constante para os objetivos das Nações Unidas. As principais obrigações incluem:

#### **Contribuição Significativa por meio de Atuação Presente**

A WSF deve manter uma atuação presente e ativa nos trabalhos do ECOSOC. Isso inclui a participação regular em reuniões, a contribuição para debates e a submissão de declarações escritas que agreguem valor às discussões. A Federação deve estar preparada para oferecer orientações especializadas e recomendações que possam ajudar a moldar políticas globais de segurança privada.

#### **Relatórios Quadrienais**

Uma das principais responsabilidades da WSF é a apresentação de relatórios quadrienais sobre suas atividades em apoio ao trabalho do ECOSOC e das Nações Unidas. Esses relatórios devem ser submetidos a cada quatro anos ao ECOSOC e precisam detalhar as contribuições da Federação, incluindo suas participações em reuniões, cooperações com fundos e agências das Nações Unidas, e quaisquer iniciativas específicas que promovam os objetivos da ONU.

A obtenção do status consultivo no ECOSOC pela Federação Mundial de Segurança Privada é um testemunho de seu compromisso e sua dedicação ao avanço do setor de segurança privada. Esse marco não só eleva a posição da Federação em âmbito internacional, mas também abre novas portas para influenciar e contribuir significativamente para a segurança global. Com essa conquista, a WSF está mais preparada do que nunca para liderar e inovar no campo da segurança privada, promovendo um futuro mais seguro e protegido para todos.



## **CEBRASSE COMEMORA 20 ANOS COM PREMIAÇÃO AOS PARCEIROS DE LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

A Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) celebrou na noite do dia 20, em São Paulo, os seus 20 anos de atuação em defesa de pautas empresariais pelo emprego e desenvolvimento do País. Para isso, homenageou as entidades que estão associadas e se mantiveram ativas desde o início da construção da ideia da Central e as entidades fundadoras que participaram dos primeiros momentos de sua constituição como entidade do setor.

A Cebrasse é uma entidade que representa 940 mil empresas e 9,6 milhões de empregos no País e tem como missão representar o setor de serviços promovendo o seu desenvolvimento, sua valorização e credibilidade.

O presidente do Sindeprestem, Vander Moraes, parabenizou a todos, começando por Paulo Loffreda, criador da Cebrasse. "É preciso ser um visionário para fundar uma entidade que reunisse todo o setor de serviços, já vislumbrando que esse setor seria o maior do Brasil, e o João Diniz agora vem fazendo um trabalho espetacular à frente da entidade. Por isso o Sindeprestem faz questão de se aliar à Cebrasse na luta para tornar o setor cada vez mais forte e representativo. O Caminho é este: unir forças para que possamos tornar o ambiente de negócios cada vez melhor, com mais capacidade de crescer e oferecer cada vez maior número de empregos e mais decentes. Temos um caminho longo para trilhar ainda, mas, com essa união, vamos conseguir ainda muita coisa", disse.





O presidente do Seac-SP, Rui Monteiro, afirmou que essa é uma ideia que surgiu com o Paulo Lofreta, ao criar a então Abrasse. “Uma entidade é reconhecida pelas pessoas que a representam. Apesar de não ter nenhum registro sindical, ela foi chamada pelo Congresso Nacional para representar o setor de serviços em muitas comissões, ela postulou no Supremo Tribunal Federal a posição de “amicus curiae”. Ela realmente é a representante oficial do setor de serviços”, disse.

Paulo Loffreda, o fundador da Cebrasse e seu ex-presidente, destacou que, à época da fundação, o grupo foi tachado por alguns de aventureiros “e hoje estamos aqui comemorando 20 anos de muitas conquistas. Que venham mais 20, 40, 60 anos. A gestão atual faz um trabalho do tamanho que a entidade merece”, disse.

O presidente João Diniz lembrou que “a Cebrasse conseguiu uma boa representatividade, um acesso legal ao Legislativo, parceiros que nos recebem de portas abertas, e na área jurídica também, nos tribunais, e assim várias entidades estão nos procurando para se filiarem. Nesses 20 anos demos passos importantes. Estamos trabalhando agora com a regulamentação da reforma tributária e com estudos cada vez mais representativos perante a mídia”, observou.

A vice-presidente da Fenep, Amábilis Pácios, disse que, quando ingressou para a Cebrasse, algumas pessoas questionavam se a educação era do setor de serviços. “Hoje isso está bem definido. São 20 anos de muitas ações conjuntas com a Cebrasse, num esforço para gerar empregos para o País”, disse.

O senador Laércio Oliveira cumprimentou a Cebrasse, citando “o brilhante presidente João Diniz, que transformou a entidade. Ele conseguiu uma visibilidade extraordinária e eu vim aqui para celebrar isso. São 20 anos da Cebrasse, uma história construída por muita gente. É claro, fiquei muito feliz por ter recebido esta homenagem”, disse o senador.

O presidente do Semeesp Autair Luga afirmou que a Cebrasse representa uma fatia muito importante do PIB do País, o setor de serviços. “Parabéns e agradecimento por tudo que a Cebrasse tem feito”, disse.

O deputado federal Luiz Gastão afirmou que foi uma honra participar desse evento. “Eu que já fui presidente do SEAC/CE, conheço muita gente aqui. Aproveito para parabenizar João Diniz pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente da Cebrasse. Cada dia o setor de serviços é mais bem representado. Faço questão de ser mais uma voz, junto com a do senador Laércio, antes deputado e hoje ocupa lugar no Senado”, destacou.

No evento também foi anunciada a continuidade das campanhas de apoio ao Rio Grande do Sul. “A Cebrasse está apoiando e divulgando as mobilizações das entidades parceiras, em especial as localizadas na região”, disse o cerimonialista Livio Giosa, que aproveitou a ocasião para chamar ao palco Adriana Mello, presidente do SINDASSEIO, uma das entidades organizadoras das mobilizações locais.



## Confira a lista de homenageados:

- Rogério da Costa Vieira – Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (ABERC)
- Clara Saveli – Coordenadora de Projetos da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)
- José Jacobson Neto – Presidente da Associação Brasileira Empresas de Vigilância (ABREVIS)
- Daniel Felício – Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul (Seac-MS)
- Avelino Lombardi – Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Santa Catarina (Seac-SC)
- Edimar Barbosa – Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES)
- Frederico Carlos Crim Camara – Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ)
- Inaldo Leitão – Diretor de Relações Institucionais do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (SINDHOSP)
- José Mário Brás – Diretor do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte (SINEATA)
- Amábile Pácios – Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP)
- Inez Lopes – Vice-Presidente Administrativa do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP)
- Jorge Segeti – Diretor-Técnico da Cebrasse
- Paulo Loffreda – Conselheiro e ex-presidente da Cebrasse
- Percival Maricato – Vice-Presidente jurídico da Cebrasse
- Urubatan Romero entrega um troféu ao presidente da Cebrasse, João Diniz
- Nathalia Ueno – Presidente da Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional (ABRALIMP)
- Luciano Galea – Recebe homenagem pelo trabalho também na Abralimp
- Carlos Watanabe – Associação dos Controladores de Vetores e Pragas (APRAG)
- Antônio Marco França – Também representando a APRAG
- Vander Morales – Presidente do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (SINDEPRESTEM)
- Ana Paula – Executiva da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)
- Urubatan Romero – Também pela Fenavist
- Marcos Nobrega – Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Afins do Grande ABCMD (Seac-ABC)
- Renato Fortuna Campos – Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de Minas Gerais (Seac-MG)
- Leonardo Vieira – Diretor do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná (Seac-PR)
- Adonai Arruda – Também do Seac-PR
- Salete Calaça – Presidente da AEPS-RJ e representante do presidente Ricardo Garcia (SEAC-RJ)
- Rui Monteiro Marques – Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de São Paulo (Seac-SP)
- Aldo de Ávila – Seac-SP
- Pedro Maranhão – Presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana (SELUR)
- Ariovaldo Caodáglio, sua filha Ana Paula Caodáglio recebe placa
- Percival Aracema e Altair Iuga – Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação (SESVESP)
- José Jacobson Neto – SESVESP
- Vice-Presidente Financeiro – Avelino Lombardi – Federação Nacional das Empresas de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac)
- Senador Laércio Oliveira

# Polícia Federal realiza a 8ª fase da operação Segurança Legal

*Cerca de 500 estabelecimentos foram fiscalizados em 25 estados e no Distrito Federal*

A Polícia Federal deflagrou, no dia 23 de maio, a Operação Segurança Legal VIII em todas as unidades no País, com exceção do Rio Grande do Sul em razão das enchentes. Na ação, mais de 460 policiais federais realizaram fiscalização de combate a empresas clandestinas de segurança privada.

A operação ocorreu em 25 capitais, além do Distrito Federal, e nas 96 unidades descentralizadas da Polícia Federal no País. Teve como objetivo encerrar a atividade de empresas que executam segurança privada sem autorização da Polícia Federal. Cerca de 500 estabelecimentos, entre casas noturnas, comércios, condomínios e outros foram submetidos às ações fiscalizatórias.

## Ocorrências

No interior do Pará, o trabalho de fiscalização precisou contar com apoio de grupo tático da PF, em virtude da suspeita de atuação de milícias no exercício da segurança privada.

Na cidade de Marabá-PA, a polícia identificou três policiais militares na situação de seguranças privadas com armas da corporação sem curso de vigilante. Eles foram conduzidos a uma Delegacia de Polícia Civil para prestarem esclarecimentos.

A ação empreendida no Ceará resultou em oito autuações em quatro empresas sediadas em Fortaleza, três por não comunicarem eventos; duas por manterem vigilantes sem o curso devido; duas por manterem vigilantes com cursos vencidos; e uma por não prestar informações requisitadas pela equipe de fiscalização.

Entre o período de janeiro a maio de 2024, a PF encerrou o funcionamento de 13 empresas clandestinas no Ceará, das quais seis em Fortaleza, quatro em Juazeiro do Norte, uma em Tianguá, uma em Ipu e outra em Horizonte.



Desde 2017, a Polícia Federal vem executando essa operação em âmbito nacional, coordenada pela Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada (DICOFC/CGCSP/DIREX/PF) e deflagrada pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada (DELESPs) nas capitais e pelas Unidades de Controle e Vistoria nas Delegacias Descentralizadas.

A contratação desses serviços de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os “seguranças” clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto a antecedentes criminais, formação, aptidão física e psicológica. Além disso, as empresas que atuam na clandestinidade não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela PF podem prestar serviços e contratar vigilantes.

## Outras Ações

Durante o mês de junho, a PF deflagrou a Operação São João Legal 2024 em combate à atuação de empresas de segurança clandestina. A ação foi iniciada no período das festas juninas e encerrada no dia 24 de junho.

Os policiais federais fiscalizaram empresas e grupos responsáveis pela segurança privada nas cidades paraibanas de Patos, Malta, Santa Luzia, Olho D'água, Emas, Sousa e Cajazeiras.

Durante as ações, quatro empresas foram autuadas para encerramento da atividade de segurança privada por não estarem autorizadas a desempenhar a atividade, e 18 autos de constatação de irregularidades foram lavrados.

## Informações obtidas da Coordenação-Geral de Comunicação Social da PF

# SEGURANÇA PRIVADA CRIA 45 MIL POSTOS DE TRABALHO EM 12 MESES E VOLTA A CRESCER APÓS SEIS ANOS

*Número de empresas também aumentou. Dados fazem parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública*

Um dos principais setores econômicos do País, a segurança privada registrou no primeiro semestre de 2024 um total de 530.194 vigilantes contratados pelas empresas autorizadas pela Polícia Federal, um aumento de 9,3% (45.121 novos postos de trabalho) em relação ao mesmo período de 2023. Desse total, 505.862 atuam nas empresas privadas. Os outros 24.332 estão empregados em empresas orgânicas. É a primeira vez desde 2018 que o segmento contrata mais do que demite.

Os dados fazem parte do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 que comprovam que a atividade cresce com a melhora da economia e não com o aumento da violência. Com um crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2023, o Brasil voltou a figurar entre as dez maiores economias do mundo.

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jefferson Nazário, destaca que “mesmo com o crescimento registrado nos últimos 12 meses, o número de postos de trabalho é bem menor do que o registrado em 2015. Naquele ano, 631.028 estavam empregados. A partir daí, com exceção de 2018,



até então, todos os anos que se seguiram registraram queda no número de vagas”.

Ainda de acordo com o Anuário, a análise dos dados da PF aponta que 4.978 empresas estão autorizadas a funcionar no País, um crescimento de 3,6%. São 3.089 empresas privadas e 1.889 orgânicas, ou seja, companhias que não têm a segurança privada como atividade principal, mas se submetem às regras da Polícia Federal para gerirem a própria segurança.

Crescimento também no número de escolas de formação. De acordo com a Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (AB-CFAV), no início de maio deste ano, 356 estabelecimentos estavam autorizados pela PF, contra 328 no ano passado, um aumento de 8,5%.

Além disso, setecentos e noventa e nove mil, cento e dezessete (799.117) pessoas estão com o curso de formação atualizado, ou seja, aptas a desempenharem a função, três por cento a mais que no ano passado. Outras 2.516.674 de pessoas estão com o curso vencido. Esses números que mostram o potencial do mercado.

## “A falta de uma legislação adequada também causa prejuízo financeiro aos cofres públicos e coloca em risco a vida da população”

### Perfil do Vigilante

Quando se analisa o perfil dos profissionais em atividade, dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que 87% são do sexo masculino e 13% feminino. Quase 70% têm entre 30 e 49 anos.

A porcentagem de profissionais com ensino médio completo representa 77,4% dos profissionais. Outros 3% possuem curso superior completo.

“Essa é uma demonstração clara da evolução da atividade que emprega trabalhadores com grau de escolaridade acima do exigido por lei”, afirma o presidente da Fenavist.

### Outros Dados

Desde 2021, o número de carros-fortes caiu cerca de 7,9%. Eram 4.598 três anos atrás. Agora, somam 4.236. No mesmo período, o número de veículos leves utilizados na atividade de transporte de valores diminuiu 11%, passou de 1.001 para 892.

Jeferson Nazário argumenta que os dados demonstram uma tendência de mudança nos serviços prestados pelas transportadoras de valores.

“Existe uma influência cada vez maior de novas tecnologias no mercado. A evolução acompanha a mudança da forma como os pagamentos são feitos, por exemplo. Se até há pouco tempo a utilização do papel-moeda imperava, o surgimento de novas tecnologias criou outras formas de transações eletrônicas. Para se adaptar ao atual cenário, as empresas de transporte de valores têm buscado diversificar os serviços oferecidos, sempre incorpo-

rando novas tecnologias, caso, por exemplo, dos cofres inteligentes, que diminuem o número de vezes na semana que a transportadora precisa recolher o numerário do cliente, além da execução de todo o serviço de tesouraria”, explica Nazário.

A escolta armada também tem investido pesado em novas tecnologia para evitar prejuízos que, segundo estimativas, podem chegar a R\$ 2 bilhões de reais por ano. E os esforços têm dado resultado, como mostra o crescimento do número de veículos empregados na atividade. Em 2021, eram 3.517. Em maio deste ano, 3.873, alta de 10%.

### Estatuto da Segurança Privada

Apesar da melhora nos indicadores após seis anos, o presidente da Fenavist lembra que os dados ainda estão longe do potencial total da atividade.

A Lei 7.102/83, que rege a segurança privada no Brasil, está em vigor há mais de 40 anos e não acompanhou a modernidade do setor e, portanto, encontra-se totalmente defasada. A própria Polícia Federal, como órgão fiscalizador, também se ressentido de uma lei mais moderna e atual, como meio para coibir e criminalizar com maior rigor a clandestinidade. Estima-se que o número de companhias clandestinas que atuam no setor seja quase o dobro das legalizadas, causando a concorrência predatória”, lamenta Jeferson Nazário.

A falta de uma legislação adequada também causa prejuízo financeiro aos cofres públicos e coloca em risco a vida da população.

**“A Na última década, a segurança privada perdeu cerca de 200 mil postos de trabalho. Ou seja, se tivesse a sua importância reconhecida, poderia ter evitado grande parte dessas demissões”**

“Calcula-se que os serviços clandestinos movimentem mais de R\$ 60 bilhões por ano, valor que escapa também ao recolhimento de tributos. Em quase todos os casos, há ainda violação flagrante dos direitos trabalhistas por meio de postos informais de trabalho, com pessoas totalmente despreparadas e sem formação para exercer a função de vigilante. Como essas empresas não são fiscalizadas pela PF, os equipamentos utilizados nesse tipo de segurança podem ser oriundos de outras atividades ilegais, como armas e munições de origem irregular ou contrabandeadas”, aponta Nazário.

Um outro exemplo é a falta de total regulamentação da segurança eletrônica no País, o que permite que empresas ilegais explorem esse mercado sem qualquer controle.

Jeferson Nazário aponta, ainda, uma outra questão que prejudica o desenvolvimento da segurança privada, a alta carga tributária. “São decisões políticas que não fazem nenhum sentido práti-

co. Uma das grandes incoerências é o fato de a atividade não estar entre os setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento, um benefício que faz muita diferença para segmentos em que os serviços oferecidos dependem predominantemente de mão de obra. Nos chama a atenção e causa estranheza o fato de a segurança privada, que emprega cerca de 500 mil pessoas diretamente, não ser contemplada. Na última década, a segurança privada perdeu cerca de 200 mil postos de trabalho. Ou seja, se tivesse a sua importância reconhecida, poderia ter evitado grande parte dessas demissões”, argumenta.

Nazário reforça que o segmento não é contra a concessão do benefício a nenhum setor. “Defendemos qualquer medida que reduza a gigantesca carga tributária do País. O que pedimos é isonomia e que a desoneração seja estendida, de fato, aos setores que mais empregam e que mais utilizam mão de obra, caso do setor da segurança privada”, conclui.

## Confira os números da **SEGURANÇA PRIVADA**

### Vínculos ativos

Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2021-2024 <sup>(1)</sup>

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Vínculos			
	2021	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	<b>526.108</b>	<b>495.989</b>	<b>485.073</b>	<b>530.194</b>
<b>Região Norte</b>	<b>35.187</b>	<b>34.730</b>	<b>37.026</b>	<b>40.465</b>
Acre	1.739	1.814	2.320	2.611
Amapá	1.690	1.648	1.594	1.860
Amazonas	8.582	8.405	8.477	9.436
Pará	15.286	14.870	15.587	16.749
Rondônia	5.089	4.946	5.894	6.212
Roraima	1.017	1.061	898	1.049
Tocantins	1.784	1.986	2.256	2.548
<b>Região Nordeste</b>	<b>104.164</b>	<b>104.103</b>	<b>103.403</b>	<b>110.509</b>
Alagoas	5.115	5.238	5.034	5.266
Bahia	28.813	27.488	27.826	27.845
Ceará	17.181	17.706	17.086	18.654
Maranhão	9.551	9.275	10.062	10.183
Paraíba	6.108	6.617	6.610	7.604
Pernambuco	20.505	20.763	20.195	22.799
Piauí	4.265	4.360	4.352	4.750
Rio Grande do Norte	6.906	6.943	6.717	7.414
Sergipe	5.720	5.713	5.521	5.994
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>52.080</b>	<b>51.378</b>	<b>49.684</b>	<b>55.661</b>
Distrito Federal	23.547	24.187	24.219	22.331
Goiás	15.817	15.133	13.805	20.316
Mato Grosso	7.714	7.460	7.092	7.949
Mato Grosso do Sul	5.002	4.598	4.568	5.065
<b>Região Sudeste</b>	<b>256.025</b>	<b>235.145</b>	<b>224.521</b>	<b>246.184</b>
Espírito Santo	11.684	10.839	10.676	11.555
Minas Gerais	34.752	32.520	32.228	34.992
Rio de Janeiro	51.159	48.126	45.565	49.820
São Paulo	158.430	143.660	136.052	149.817
<b>Região Sul</b>	<b>78.652</b>	<b>70.633</b>	<b>70.439</b>	<b>77.375</b>
Paraná	25.761	24.245	24.662	26.322
Rio Grande do Sul	31.954	25.588	24.825	27.325
Santa Catarina	20.937	20.800	20.952	23.728

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. Para 2023, os dados se referem ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

## Evolução dos vínculos ativos, por tipo de empresa

### Brasil - 2016-2022 <sup>(1)</sup>

Tipo de empresa	Vínculos ativos									
	2015 <sup>(2)</sup>	2016 <sup>(2)</sup>	2017 <sup>(2)</sup>	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Total</b>	<b>631.028</b>	<b>591.177</b>	<b>584.506</b>	<b>604.746</b>	<b>565.163</b>	<b>545.477</b>	<b>526.108</b>	<b>495.989</b>	<b>485.073</b>	<b>530.914</b>
Especializadas	...	...	...	579.003	540.738	520.179	502.318	471.116	464.060	505.862
Orgânicas	...	...	...	25.743	24.425	25.298	23.790	24.873	21.013	24.332

**Fonte:** Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação indisponível.

(1) Para os anos de 2016 a 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. A posição dos dados para 2023 se refere ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

(2) Dados de 2015 a 2017 não possuem desagregação por tipo de empresa.

## Quantidade de estabelecimentos, por tipo

### Brasil - 2015-2023 <sup>(1)</sup>

Tipo de empresa	Quantidade de estabelecimentos									
	2015 <sup>(2)</sup>	2016 <sup>(2)</sup>	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Total</b>	<b>2.553</b>	<b>2.561</b>	<b>4.801</b>	<b>4.753</b>	<b>4.681</b>	<b>4.618</b>	<b>3.625</b>	<b>4.694</b>	<b>4.804</b>	<b>4.978</b>
Especializadas	...	...	2.627	2.694	2.664	2.680	2.471	2.840	2.963	3.089
Orgânicas	...	...	2.174	2.059	2.017	1.938	1.154	1.854	1.841	1.889

**Fonte:** Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Infomação não disponível.

(1) Os dados de 2022 são referentes ao mês de abril; os dados de 2023 são referentes ao mês de junho. Para 2024, a posição dos dados é o mês de maio.

(2) Dados de 2015 e 2016 não possuem desagregação por tipo de empresa.

## Veículos registrados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo

### Brasil - 2022-2024 <sup>(1)</sup>

Tipo	Veículos			
	2021	2022	2023	2024
Carros fortes	4.598	4.574	4.549	4.236
Escolta Armada	3.517	3.543	3.569	3.873
Carro Leve de Transporte de Valores	1.001	980	959	892
Outros	6.888	6.927	6.965	7.372
<b>Total</b>	<b>16.004</b>	<b>16.023</b>	<b>16.042</b>	<b>16.373</b>

**Fonte:** Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2023 são referentes ao mês de maio.



## Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes

### Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2024 <sup>(1)</sup>

Brasil, Regiões e UFs	Número de Escolas			Vigilantes com cursos ativos <sup>(2)</sup>			Vigilantes com cursos vencidos			Vigilantes com cursos afastados		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
<b>Brasil</b>	<b>300</b>	<b>328</b>	<b>356</b>	<b>787.914</b>	<b>775.640</b>	<b>799.117</b>	<b>2.320.522</b>	<b>2.395.523</b>	<b>2.516.674</b>	<b>36.771</b>	<b>41.558</b>	<b>42.676</b>
<b>Região Norte</b>	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>65.382</b>	<b>66.015</b>	<b>69.400</b>	<b>195.706</b>	<b>201.518</b>	<b>207.799</b>	<b>2.162</b>	<b>2.313</b>	<b>2.466</b>
Acre	3	3	3	3.422	3.964	4.677	10.594	10.698	11.119	108	102	124
Amapá	3	3	4	4.693	4.528	4.785	18.342	18.883	19.332	96	99	97
Amazonas	4	4	4	14.139	13.963	14.674	52.905	54.060	55.425	865	899	1.010
Pará	14	14	15	28.126	27.613	28.571	73.782	76.726	81.192	653	734	727
Rondônia	3	4	4	10.032	10.220	10.256	23.329	24.146	22.969	259	290	299
Roraima	2	3	3	1.564	2.087	2.225	3.597	3.669	4.053	60	65	71
Tocantins	1	3	3	3.406	3.640	4.212	13.157	13.336	13.709	121	124	138
<b>Região Nordeste</b>	<b>71</b>	<b>79</b>	<b>84</b>	<b>171.848</b>	<b>171.985</b>	<b>175.988</b>	<b>578.679</b>	<b>592.180</b>	<b>621.118</b>	<b>6.788</b>	<b>7.496</b>	<b>7.745</b>
Alagoas	4	4	5	8.943	8.672	8.443	35.877	37.033	38.903	494	532	521
Bahia	20	23	24	46.339	46.483	47.551	175.328	179.242	186.743	1.748	2.047	1.969
Ceará	9	8	9	26.755	26.997	27.511	76.575	77.756	82.129	881	971	1.083
Maranhão	8	9	9	19.632	19.327	19.819	66.585	68.572	71.594	650	728	724
Paraíba	8	9	7	10.147	10.486	10.488	32.444	33.012	34.958	442	493	561
Pernambuco	11	15	16	32.633	32.990	33.634	100.500	102.747	109.073	1.453	1.540	1.618
Piauí	5	5	5	6.897	7.012	7.420	29.806	30.070	31.024	275	284	308
Rio Grande do Norte	3	3	3	11.255	10.752	11.092	33.415	34.655	36.217	401	455	485
Sergipe	3	3	6	9.247	9.266	10.030	28.149	29.093	30.477	444	446	476
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>28</b>	<b>34</b>	<b>42</b>	<b>87.239</b>	<b>85.837</b>	<b>87.564</b>	<b>234.594</b>	<b>244.289</b>	<b>255.899</b>	<b>3.899</b>	<b>4.201</b>	<b>4.723</b>
Distrito Federal	8	11	18	35.535	35.900	35.900	93.983	96.571	100.572	1.509	1.657	1.880
Goiás	12	13	13	32.404	31.162	31.461	87.387	92.045	97.335	1.420	1.491	1.702
Mato Grosso	4	6	7	11.422	11.115	12.288	27.519	29.089	30.201	557	602	636
Mato Grosso do Sul	4	4	4	7.878	7.660	7.915	25.705	26.584	27.791	413	451	505
<b>Região Sudeste</b>	<b>123</b>	<b>128</b>	<b>137</b>	<b>358.972</b>	<b>349.064</b>	<b>358.800</b>	<b>1.008.447</b>	<b>1.044.153</b>	<b>1.101.529</b>	<b>18.423</b>	<b>21.716</b>	<b>21.689</b>
Espírito Santo	3	3	3	16.836	16.014	16.712	45.634	47.452	49.161	705	763	807
Minas Gerais	28	31	33	55.816	56.957	59.329	222.541	227.330	236.621	1.477	2.695	2.712
Rio de Janeiro	34	34	35	80.369	79.821	81.168	243.503	251.580	268.717	4.431	4.899	5.176
São Paulo	58	60	66	205.951	196.272	201.591	496.769	517.791	547.030	11.810	13.359	12.994
<b>Região Sul</b>	<b>48</b>	<b>53</b>	<b>57</b>	<b>104.473</b>	<b>102.739</b>	<b>107.365</b>	<b>303.096</b>	<b>313.383</b>	<b>330.329</b>	<b>5.499</b>	<b>5.832</b>	<b>6.053</b>
Paraná	12	15	16	36.982	35.873	37.648	118.566	122.577	127.289	1.322	1.373	1.422
Rio Grande do Sul	23	25	26	36.288	36.010	35.548	114.087	116.673	125.186	2.284	2.458	2.507
Santa Catarina	13	13	15	31.203	30.856	34.169	70.443	74.133	77.854	1.893	2.001	2.124

**Fonte:** Abcav - Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2022 são referentes ao mês de maio. Dados de 2023 são referentes ao mês de março. Dados de 2024 se referem ao mês de maio.

(2) Vigilantes que estão com o curso vigente, estando ou não trabalhando.



## **APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA é a maior vitória do segmento em 20 anos**

*Nova legislação vai ampliar a atividade, gerar novos empregos, combater a clandestinidade e garantir segurança jurídica para as empresas. Vitória no Congresso contou com participação decisiva da Fenavist*

“Com a nova lei, a Polícia Federal, como órgão regulador, terá meios para coibir e combater a clandestinidade que atualmente predomina no setor, o que prejudica o crescimento e o desenvolvimento do setor de segurança privada no Brasil.”

**E**m um grande avanço para a nova regulamentação do setor de segurança privada, o Plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (13/8), o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado 135/2010. O texto cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras e revoga a Lei nº 7.102/1983, que há mais de 40 anos regulamenta o setor. Por unanimidade os senadores aprovaram o Substitutivo da Câmara dos Deputados. O processo foi conduzido com muita habilidade e negociação pelo relator do projeto, senador Laércio Oliveira (PP/SE), que conseguiu o acordo com todas as bancadas do Senado para a aprovação. Com algumas alterações, negociadas com todos os setores e com o governo federal, visando à atualização do Substitutivo, que havia sido aprovado em 2016 na Câmara, a matéria segue para sanção do presidente da República.

A nova lei vai criar regras modernas para os serviços de segurança privada, como transporte de valores, vigilância de patrimônio e segurança eletrônica. Moderniza também a segurança das instituições financeiras. Além disso, amplia o espaço de atuação da segurança privada, regulamentando a segurança em grandes eventos; a segurança nos transportes coletivos; a segurança em unidades

de conservação; o monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança; o controle de acesso em portos e aeroportos, com vistas a preservar a integridade das pessoas que se encontrem em locais públicos e privados.

As mudanças vão proporcionar maior segurança jurídica para as empresas legalizadas que atuam no País, incentivando novos investimentos e possibilitando o crescimento do setor, com a criação de milhares de novos empregos. Com a nova lei, a Polícia Federal, como órgão regulador, terá meios para coibir e combater a clandestinidade que atualmente predomina no setor, o que prejudica o crescimento e o desenvolvimento do setor de segurança privada no Brasil. Além disso, o projeto vai criminalizar aqueles que prestarem serviços de segurança armada sem a devida autorização.

Com a nova legislação, os profissionais da segurança privada, gestor de segurança privada, vigilante supervisor, vigilante, operador de sistema eletrônico e outros estarão todos amparados e com os direitos trabalhistas garantidos, o que não acontece com a prestação de serviços clandestinos. Além disso, haverá mais controle do uso de armamentos indevidos ou não autorizados pela Polícia Federal na prestação desses serviços ilegais.



A aprovação do Estatuto representa uma grande vitória para todo o segmento de segurança privada e contou com a participação decisiva da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) que, ao longo de mais de 14 anos, atuou no Congresso Nacional, em parceria com os trabalhadores e a Polícia Federal, pela construção de um texto que vai transformar a segurança privada no Brasil com base nos padrões internacionais, o que permitirá à atividade enfrentar os desafios contemporâneos.

“Ganha todo mundo. As empresas terão mais segurança jurídica, os trabalhadores garantirão a proteção de todos os direitos, a Polícia Federal poderá combater os serviços clandestinos com maior eficiência, milhares de empregos irão aquecer a economia e, principalmente, a população será atendida e protegida por um serviço de qualidade internacional”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

Também o relator, senador Laércio Oliveira (PP-SE), ao apresentar o seu parecer no Plenário do

Senado, fez uma defesa enfática do Estatuto da Segurança Privada.

“Na década de 80, a segurança privada se preocupava com o controle estatal federal, com bases de regulação da atividade e com regras da atuação profissional. O tempo passou, e esse setor foi se aperfeiçoando, produzindo uma atividade cada vez mais importante para a sociedade e, em 2024, exatamente hoje, o foco da segurança privada e a importância desse estatuto vão na mesma linha de pensamento, com três pilares extremamente importantes: a dignidade da pessoa humana, a proteção da vida e o interesse público. Essa é uma conquista farta, farta e próspera, porque ela une definitivamente o capital e o trabalho”, afirmou o parlamentar.

Laércio destacou ainda a possibilidade de maior combate à clandestinidade. Estimativas apontam que os serviços irregulares movimentem mais de R\$ 60 bilhões por ano, valor que escapa também ao recolhimento de tributos. “Esse projeto traz dentro do seu bojo uma regulamentação para



“Dessa maneira, nós estamos atualizando uma lei que já tem mais de 40 anos e fazendo também com que aqueles que se dedicam a essa atividade, como os vigilantes, tenham o respeito e a valorização que merecem”

o monitoramento eletrônico, tão fartamente utilizado no País inteiro. Ele amplia os poderes da Polícia Federal para combater a clandestinidade. Pasmem, senhores, a clandestinidade no setor de serviços de segurança privada no País hoje tem um número absurdo. Para vocês terem uma ideia, são 3,5 milhões de vigilantes, mas, infelizmente, vigilantes formais, contratados por empresas idôneas, somam apenas 500 mil. Os 3 milhões restantes estão na clandestinidade, e a clandestinidade macula o setor de segurança privada.”

O relatório apresentado pelo senador Laércio Oliveira foi elogiado pelos colegas de Casa. Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a aprovação do Estatuto é uma conquista histórica para a categoria. “Eu diria que seria um marco para os trabalhadores da vigilância antes da aprovação deste projeto e na aprovação do projeto, relatado por Vossa Excelência, com tanta competência. Então, a minha fala é rápida e direta no assunto. O que esperamos por tanto tempo hoje vai se tornar realidade. Parabéns a Vossa Excelência! E parabéns a todos aqueles que, ao longo desses 25 anos, contribuíram para este momento acontecer!”

A atuação de todos que, de alguma forma, contribuíram para aprovação do Estatuto da Segurança Privada também foi lembrada pelos parlamentares. “E aqui eu quero destacar o que foi mencionado pelo senador Izalci: o papel do senador Major Olimpio. Enquanto eu era presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, esse projeto passou por lá, e ele sempre muito vigilante para que passasse por todos os procedimentos. Com certeza, hoje também tem um pouco do trabalho dele (...) esse assunto é de interesse desde o governo até as empresas de segurança privada que fazem, de fato, um papel complementar da segurança pública, presentes nas escolas, nos hospitais, nos aeroportos.

Dessa maneira, nós estamos atualizando uma lei que já tem mais de 40 anos e fazendo também com que aqueles que se dedicam a essa atividade, como os vigilantes, tenham o respeito e a valorização que merecem”, disse o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL).

“A aprovação do novo regulamento é um fato histórico para o setor da segurança privada no Brasil. Estamos há quase 40 anos com a primeira lei própria da segurança privada”

### Conquista Histórica

Ao comemorar a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, o presidente da Fenavist fez questão de lembrar que a conquista tinha o suor e a dedicação de dezenas de pessoas: “os ex-presidentes Jerfferson Simões e Odair Conceição, que me antecederam, todos os profissionais do nosso departamento jurídico, representados pelo Dr. Jacymar Dalcamini; a consultora parlamentar, Cléria Santos; os colaboradores e diretores que em muitos momentos trouxeram a sua contribuição; a Confederação dos Trabalhadores e a Polícia Federal. Lutamos incansavelmente e tivemos o apoio de muitos parlamentares, como o do deputado Wellington Roberto, relator na Câmara dos Deputados. No Senado, depositamos a nossa confiança no senador Laércio Oliveira, que, com o seu poder de conciliação e articulação, conseguiu construir um acordo para que o projeto fosse finalmente aprovado pelo Senado Federal. Todas essas pessoas foram fundamentais para o alcance desse objetivo. Hoje, o Estatuto da Segurança Privada é uma realidade para o setor, mas não



apenas para a segurança privada, mas para toda a sociedade brasileira”, afirma Jeferson Nazário.

O presidente da Fenavist também destacou a importância do trabalho e do empenho dos ex-presidentes da Federação que o antecederam: Jerfferson Simões, que esteve à frente da Fenavist entre os anos de 2000 e 2010, e que foi um dos maiores defensores e articuladores da aprovação da nova legislação.

Segundo Jerfferson Simões, “a aprovação do novo regulamento é um fato histórico para o setor da segurança privada no Brasil. Estamos há quase 40 anos com a primeira lei própria da segurança privada que, por sinal, à época era muito boa. Mas hoje essa lei não nos permitia mais dar sustentação à segurança privada no Brasil, principalmente no fator da clandestinidade. O Estatuto da Segurança privada aprovado é uma lei moderna, uma lei que nos traz conforto como empresários da segurança



“Um grande parabéns à Fenavist, essa instituição maiúscula que luta incansavelmente pelos direitos dessa atividade de segurança privada no nosso País”

privada. Portanto, quero dizer a todos os senhores empresários do Brasil que essa lei vai nos dar condições de melhorar muito a segurança privada no nosso País”.

Presidente da Fenavist entre 2010 e 2014, o empresário baiano Odair Conceição também teve papel decisivo na aprovação da nova lei.

“Quero registrar minha imensa alegria de poder ter vivido, estar vivo para ver a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Um grande parabéns à Fenavist, essa instituição maiúscula que luta incansavelmente pelos direitos dessa atividade de segurança privada no nosso País, e que entrega a todos nós, empresários desse setor, algo em que muitos não acreditavam, mas que agora estão vendo. Eu recomendo que todos leiam, todo empresário deve ler esse texto com todo cuidado que ele exige, porque nele as transformações são gigantescas”, comemora Odair.

Ele destaca ainda que o futuro da atividade será promissor com a nova legislação.

“Nossa atividade entrega ao setor de segurança privada um instrumento lindo, construído a muitas mãos durante muito tempo. Entrega à sociedade brasileira, aos empresários, aos trabalhadores, aos contratantes, aos órgãos de governo um instrumento excepcional, que, com toda a certeza, levará a patamares mais elevados essa atividade tão necessária para a vida do cidadão brasileiro, para proteção do patrimônio, para proteção da vida, para a geração de emprego e renda, para geração de riquezas, que essas empresas geram no dia a dia com todas as dificuldades, mas que, a partir dessa legislação nova, com toda a certeza, uma nova página será virada nessa atividade. E nós teremos uma segurança jurídica melhor, que tanto objetivávamos ao longo de todos esses anos”, explica o ex-presidente da Fenavist.



Cléria Santos  
consultora  
parlamentar  
da Fenavist

## Concluída a votação do Estatuto da Segurança Privada

Aguardando há oito anos pela votação no Senado, finalmente a lei que institui o Estatuto da Segurança Privada foi aprovada pelo Plenário do Senado no último dia 13 de agosto. A proposta sofreu algumas alterações no texto que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados em novembro de 2016. O texto teve algumas supressões, muitas delas com o objetivo de atualizar o projeto, devido ao tempo de aprovação na Câmara, outras redacionais e de técnica legislativa. O projeto aguarda a sanção pelo presidente da República.

### Histórico:

Iniciado na Câmara em 2008, quando inúmeras propostas pontuais tramitavam com o objetivo de alterar a Lei nº 7.102/83, a Fenavist iniciou o trabalho para atualizar e reformar toda a lei em função da caducidade dos seus pressupostos, que já não atendiam às demandas dos empresários, dos trabalhadores, do órgão fiscalizador e também da sociedade brasileira.

Para chegar até a aprovação pelo Plenário da Câmara, em novembro de 2016, foram anos de intensos debates e três Comissões Especiais instaladas naquela Casa para analisar as centenas de projetos sobre o tema. Aprovado por unanimidade pelo Plenário da Câmara em 2016, o projeto seguiu para a análise do Senado Federal, onde também travaram-se muitas batalhas antes da aprovação.

A Fenavist esteve presente em todas as etapas do processo ao longo dos mais de quatorze anos, acompanhando bem de perto todas as tratativas desse projeto de lei, porque sempre acreditou que a nova lei, agora uma realidade, seria fundamental



para a recuperação e o crescimento do setor que, só na última década, perdeu mais de 150 mil postos de trabalho, a maioria para a clandestinidade, por falta de uma legislação mais efetiva no combate à ilegalidade na segurança privada.

O próprio órgão fiscalizador se ressentia de não possuir meios legais para coibir e criminalizar quem oferece e quem contrata o serviço ilegal, quase sempre se utilizando de equipamentos e armas oriundos do contrabando e descaminho.

Superada a última década, o setor volta a tomar fôlego, com uma leve recuperação neste ano de 2024. Com a nova legislação, as esperanças se renovam. A segurança jurídica da lei será preponderante para novos

investimentos no setor. Além disso, a regulamentação dos serviços de segurança eletrônica aplicados na segurança privada, hoje sem regulação, é fundamental para assegurar a modernização dos serviços prestados à sociedade na área da segurança privada.

A expectativa é de que a nova lei colocará a segurança privada em outro patamar, abrindo novos postos de trabalho, gerando mais emprego e renda para os trabalhadores, que também aguardam ansiosos por mais oportunidades de emprego.

Foi, sem dúvida, uma grande vitória para todo o segmento, além de toda a sociedade brasileira, que estará mais protegida em sua integridade física, em locais públicos ou privados.

#### Pontos Importantes do Estatuto:

- Estabelece regras modernas para os serviços de segurança privada, como transporte de valores, vigilância de patrimônio e segurança eletrônica;
- Moderniza a segurança das instituições financeiras;
- Amplia o espaço de atuação da segurança privada, regulamentando a segurança em eventos; a segurança nos transportes coletivos e em unidades de conservação; o monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança; o controle de acesso em portos e aeroportos, com vistas a preservar a integridade das pessoas que se encontrem em locais públicos e privados;
- Proporciona maior segurança jurídica para as empresas legalizadas que atuam no País, o que incentiva novos investimentos e possibilita o crescimento do setor, com a geração de milhares de novos empregos (mais de 1,5 milhão de vigilantes encontram-se hoje aptos a trabalhar, mas apenas 500.000 estão devidamente contratados pelas empresas legais que atuam no País);
- Possibilita criar cargos para os profissionais da segurança privada: gestor de segurança privada; vigilante supervisor; vigilante; operador de sistema eletrônico; e outros, que estarão todos amparados e com os direitos trabalhistas garantidos, garantias inexistentes hoje com a prestação de serviços clandestinos;
- Proporciona maior controle do uso de armamentos indevidos ou não autorizados pela Polícia Federal;
- Criminaliza quem prestar ou oferecer serviços de segurança privada sem autorização da Polícia Federal.

# entrevista

## Cristiano Jomar Costa Campidelli

Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal

**O senhor assumiu a Coordenação-Geral da Segurança Privada há pouco mais de um ano. Qual a sua visão do setor da segurança privada naquele momento e qual o cenário encontrado?**

Cheguei à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Diretoria de Polícia Administrativa da Polícia Federal (CGCSP/DPA/PF), no dia 7 de fevereiro de 2023.

Naquela oportunidade, minha apresentação aconteceu às 9h da manhã e, minutos depois, o diretor de Polícia Administrativa me convocou para uma reunião com cerca de 20 (vinte) representantes do setor de Segurança Privada, o que me permitiu conhecer vários dos principais representantes do segmento no Brasil, logo no meu primeiro dia na Coordenação-Geral e de uma só vez.

A visão inicial era de um setor forte e extremamente importante para o País, formado por profissionais e empresários de alto nível, mas que precisava de inúmeras vitórias, principalmente nos campos normativo, tecnológico e no combate à clandestinidade.

**O que mudou neste último ano? Quais projetos e medidas adotados por sua coordenação? Sabemos que o senhor editou a nova Portaria (18.045/23), que regulamenta a segurança privada, depois de 10 anos da anterior. Quais os efeitos práticos estão sendo alcançados com essa portaria?**

A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que normatizou o setor de segurança privada, completou 41 (quarenta e um anos) e precisava ser substituída por uma legislação mais atual, que contemplasse as novas realidades enfrentadas pela segurança privada e que concedesse à Polícia Federal melhores instrumentos de controle e fiscalização para um combate mais efetivo à clandestinidade.

A aprovação do Estatuto da Segurança Privada se mostrou a principal solução para modernizar as normas que regulamentam o setor, razão pela qual a Polícia Federal se empenhou na sua aprovação, em conjunto com diversos outros atores do setor de segurança privada, entre os quais a Fenavist, que exerceu papel de destaque.



Não se podia, contudo, simplesmente cruzar os braços e aguardar a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Era preciso continuar agindo e evoluindo, dentro dos limites possíveis, até que fosse aprovada e regulamentada a nova legislação, por isso houve a decisão estratégica de publicar a Portaria nº 18.045, de 17 de abril de 2023, que embora ainda não fosse ideal para o setor, era a regulamentação possível de ser editada no momento, observados os limites ainda impostos pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

Com a nova portaria, houve uma série de evoluções importantes, tais como: a exigência de caixas fechadas para o reabastecimento de caixas eletrônicos, em locais onde há circulação de pessoas; equipes completas para a manutenção de caixas eletrônicos, quando fosse abertura do cofre; exigência de câmeras de alta resolução nas agências bancárias, com regulamentação dos locais de instalação e respectivas dimensões de imagens; e previsão de regulamentação dos cursos de formação de vigilantes, extensões e reciclagens por meio de portaria do coordenador-geral, que foi publicada em 5 de agosto de 2024.

Além disso, houve empenho da Polícia Federal e das entidades representativas do setor de segurança privada para a recriação da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), a qual foi instituída pela Portaria MJSP nº 493, de 26 de setembro de 2023, presidida pela Polícia Federal e composta de representantes das seguintes entidades: ABCFAV; ANSEGTV; Contrasp; Febraban; Fenaval; e Fenavist.

Adotamos, ainda, uma administração aberta e participativa, com escuta ativa das entidades representativas do setor, participação nos principais eventos do segmento e visitas às empresas e instituições, principalmente para conhecer melhor as questões logísticas e operacionais, bem como as realidades e dificuldades enfrentadas por aqueles que atuam na segurança privada, tudo para melhor controlar, regulamentar e fiscalizar.

### **Com a crescente clandestinidade na segurança privada, que muito tem prejudicado as empresas devidamente legalizadas no País, com empresas praticando preços inexequíveis, como a Polícia Federal tem atuado para combater com mais rigor essas questões?**

É fundamental registrar que a vigilância patrimonial é aquela realizada por vigilantes contratados por empresa especializada autorizada pela Polícia Federal, podendo ser armada ou desarmada, conforme o contrato celebrado entre o tomador e o fornecedor do serviço.

A contratação de vigias, porteiros, apoio, prevenção de perdas, fiscais ou outro nome que o equivalha para realizar atividade típica de vigilante é ilegal.

O custo menor é o argumento utilizado por diversas entidades privadas e públicas para tentarem justificar o seu desvio para a clandestinidade, o que inarredavelmente cobra um preço muito alto da parcela da sociedade brasileira menos abastada, desprovida de boas condições econômicas, geralmente formada por pessoas da periferia, com pouco estudo, pretas, pardas ou da comunidade LGBTQIAPN+, que acabam se tornando vítimas de agressões promovidas por pessoas que, mesmo desarmadas, atuam como se vigilantes fossem, à margem da lei, sem formação adequada e fazendo uso das mais diversas nomenclaturas, tais como as mencionadas no parágrafo anterior.

Os exemplos são muitos, tais como os casos:

i) do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre/RS, no dia 19/11/2020, por dois homens desarmados que faziam a segurança clandestina do local;

ii) da tortura promovida contra um casal negro, em outra unidade do Grupo Carrefour, em Salvador/BA, no dia 05/05/2023, supostamente por seguranças clandestinos, não havendo notícia de que estivessem armados;

iii) das agressões a uma jovem de 28 anos, em uma boate em Cascavel/PR, no dia 28/05/2023, a qual foi socada e chutada na rua por seguranças clandestinos, que a abandonaram no chão, onde veio a ser atropelada, arrastada por 70 metros e morreu; e

iv) do espancamento coletivo promovido por seguranças clandestinos desarmados, em Mendes Pimentel/MG, na noite de 25 para 26/08/2023, que levou à internação de diversas vítimas, algumas delas agredidas com chutes violentos na cabeça por agressores calçando coturnos.

Em todos esses casos, as vítimas eram pobres, pretas ou pardas e foram agredidas por seguranças clandestinos, desarmados, acobertados por nomes pomposos como prevenção de perdas, apoio, vigias, mas que de fato exerciam atividade típica de vigilante, sem, contudo, terem se submetido ao curso de formação ou reciclagem bienal, muito menos ao controle e à fiscalização da Polícia Federal, sem qualquer vínculo com empresa regular perante esta Instituição policial.

Diante da gravidade dos fatos, atenta ao necessário caráter preventivo de suas ações, a Polícia Federal deu início à Ação Nacional para Prevenção à Segurança Clandestina e Preservação de Vidas, que consistiu no envio de ofícios para todos os prefeitos municipais brasileiros, os 27 comandantes-gerais das Polícias Militares, os 27 comandantes-gerais dos Corpos de Bombeiros Militares e a Associação Brasileira de Supermercados (Abbras), solicitando a adoção de medidas cabíveis, no âmbito de suas atuações, para minimizar os riscos de utilização de segurança clandestina, especialmente em shoppings, supermercados, casas de shows e eventos, boates e condomínios.

Além disso, a Polícia Federal segue realizando, anualmente e em todo o Território Nacional, de forma coordenada e simultânea, a Operação Segurança Legal que, só no ano de 2023, empregou um total 446 policiais federais e fiscalizou 461 locais. Neste ano de 2024, a Operação Segurança Legal empregou 460 policiais federais e fiscalizou 500 locais.

Essas ações continuam sendo realizadas pela Polícia Federal, periodicamente, por meio de operações policiais locais e regionais, levadas a efeito por suas 27 Superintendências Regionais e 96 Delegacias descentralizadas.

### **O senhor foi um dos grandes entusiastas da aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada e das Instituições Financeiras. Em sua opinião, quais os efeitos imediatos na atuação da PF com a nova lei? O que muda?**

Havia uma clara necessidade de aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que tramitava há cerca de quinze anos no Congresso Nacional, se encontrava no Senado desde 2016 e estava sendo objeto de esforço por parte da Polícia Federal e de outros atores do setor de segurança privada para a sua aprovação.

O estatuto prevê ferramentas adequadas para a Polícia Federal melhor controlar e fiscalizar o setor, com a possibilidade de imposição de multas aos clandestinos e aos seus contratantes, além de, em alguns casos, possibilitar até mesmo a prisão dos clandestinos.

Além disso, o aludido estatuto acaba com a celei-ma criada por parte do Poder Judiciário, pois explicitamente afirma que a atividade de segurança privada no Brasil, armada ou desarmada, depende de autorização da Polícia Federal para funcionar e deve ser por ela fiscalizada.

Tais previsões trarão maior efetividade às fiscalizações realizadas pela Polícia Federal, uma vez que o encerramento das atividades clandestinas virá acompanhado de multas severas e, até mesmo, prisão nos casos mais graves, medidas que irão desestimular a clandestinidade e terão importante efeito dissuasório.

### **Após quase uma década perdendo postos de trabalho, com uma redução de quase 200 mil vigilantes em todo o País, como o senhor define o atual momento da segurança privada no Brasil? O senhor acredita que existe possibilidade de retomada?**

A redução do número de vigilantes decorreu, em grande parte, do aumento da clandestinidade, havendo informações de que, para cada vigilante regular, há entre três ou quatro clandestinos.

Além disso, com o surgimento de novas tecnologias, tais como o Pix, houve uma expressiva diminuição na circulação de dinheiro físico, medida que vem impactando significativa e negativamente a atividade de transporte de valores.

Em contrapartida, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada deixa claro que mesmo a segurança desarmada é controlada e fiscalizada pela Polícia Federal e traz ferramentas mais efetivas para o combate à clandestinidade, o que fará com que o número de vagas formais no setor aumente significativamente, principalmente na atividade de vigilância patrimonial.

Há ainda outras realidades, tais como o incremento da violência urbana e da circulação de cargas de alto valor agregado, que devem levar ao aumento do número de vagas, principalmente nas atividades de segurança pessoal e escolta armada.

Além disso, a melhora econômica do país incrementou o setor que viu o número de vigilantes com vínculos formais crescer significativamente em 2023, depois de alguns anos de quedas consecutivas.

### **Como o senhor vê o futuro da atividade no País?**

Eu vejo um futuro promissor para a Segurança Privada no Brasil!

Há uma convergência positiva de forças, tanto do serviço público, representado pela Polícia Federal, quanto das entidades privadas, formadas pelos segmentos patronal e laboral, para construir uma segurança privada cada vez maior e melhor, o que fica muito claro diante das discussões em alto nível no âmbito da CCASP e da explícita vontade de seus integrantes em elevar a qualidade dos serviços prestados e melhorar as condições de trabalho dos profissionais.

O desarquivamento do Estatuto da Segurança privada, no final do ano passado, e a sua aprovação recente são vitórias que precisam ser comemoradas, pois concretizam a entrega à segurança privada de uma nova e moderna legislação.

### **A Fenavist completou este ano 35 anos em defesa dos interesses do setor da segurança privada no Brasil. O senhor considera o trabalho em conjunto entre a Polícia Federal e a Federação importante? De que forma contribui?**

O trabalho desenvolvido pela Fenavist, juntamente com a Polícia Federal, outros órgãos públicos e entidades, especialmente o Congresso Nacional e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi essencial para o desarquivamento e aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Essa atuação conjunta deve continuar, especialmente neste momento em que se iniciam os trabalhos de regulamentação da nova lei, o que exigirá grande esforço de todos os que fazem parte da atividade para a construção de um novo decreto e uma nova portaria.

### **Para encerrar, e mais uma vez agradecendo a sua participação, poderia deixar uma mensagem para o nosso segmento?**

É fundamental que a Fenavist, assim como as demais entidades representativas do setor de segurança privada, tenham a certeza de que a Polícia Federal não é apenas um órgão controlador, regulador e fiscalizador, mas também uma instituição que possui como missão o estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada, a melhora contínua da qualidade dos serviços prestados, a preservação da dignidade da pessoa humana, o aprimoramento técnico dos vigilantes e a melhora das suas condições de segurança e trabalho.

Se por um lado a Polícia é considerada a presença mais incômoda, por outro é também a ausência mais sentida.

Assim, sabedores de nossa missão enquanto servidores públicos, reafirmo o nosso compromisso de entregar ao setor de segurança privada sempre o nosso melhor trabalho possível, com muita dedicação e responsabilidade, ouvindo as dores do setor e pautando nossa atuação com base na Constituição da República e nas leis.



Hélio Gomes Coelho Júnior  
Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e consultor jurídico da Fenavist

## A Justiça do Trabalho e alguns “dados”

Não há como negar que, no ambiente empresarial, a Justiça do Trabalho seja vista por muitos como protetiva, se não tendenciosa, e insensível àqueles que ofertam empregos. É a narrativa.

Sempre conveniente relembrar a estrutura da Justiça do Trabalho que, com as suas mais de 1.600 Varas especializadas e seus 24 Tribunais Regionais do Trabalho, tem sobre si o Tribunal Superior do Trabalho, destino teoricamente (nem todos os casos a ele aportam) final de um litígio trabalhista, um aparato e tanto em um país continental que, por não saber usar meios alternativos de resolução de conflitos, é a porta para solucionar as pendências entre empregados (quase sempre ex-empregados) e empresas.

A reforma trabalhista, que vige desde novembro de 2017, reduziu significativamente a litigiosidade, segundo dados fornecidos pelo TST<sup>1</sup>. Confira:

ANO	Número de ações
2017	2.756.156
2018	1.748.074
2019	1.819.491
2020	1.473.056
2021	1.551.073
2022	1.648.535
2023	1.855.611

Ao ponto: 1/3 (um terço) das ações trabalhistas deixou de existir. Sua empresa tem dados que possam ser comparados com os números acima? Estatisticamente seus números devem estar dentro desse padrão. Bom conferir, sem achismos.

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/breves-consideracoes-sobre-a-litigiosidade-trabalhista-no-brasil-02052024>

Quais os pedidos mais recorrentes perante as Varas e os Tribunais do Trabalho?

São os mais básicos, a saber: “verbas rescisórias”, “multa do FGTS”, “multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias”, “horas extras”. No TST<sup>2</sup>, os quadros comparativos abaixo são aclaradores, pois, no último top ten, só figuram “horas extras”, “intervalo intrajornada”, “danos morais”, “insalubridade” e “terceirização”, com entes públicos, já que os outros cinco temas tratam de valor da execução/correção monetária, assistência judiciária, honorários advocatícios, negativa de prestação jurisdicional e ônus da prova, questões que não tratam objetivamente de créditos decorrentes do trabalho subordinado. Observe-se que os dados de 2022 se repetem em 2023, alterando só o ranqueamento.

Temas mais frequentes no TST	2022
Honorários advocatícios (1)	42.647
Horas extras (2)	41.540
Negativa de prestação jurisdicional (1)	40.164
Intervalo intrajornada (2)	27.084
Terceirização/Ente público (2)	25.903
Valor de execução/cálculo/correção (1)	21.512
Indenização por danos morais (2)	20.397
Justiça gratuita (2)	19.905
Ônus da prova (1)	16.884
Adicional de insalubridade (2)	15.016

<sup>2</sup> Anuário da Justiça – Brasil – Ano 2024, Consultor Jurídico, p. 199.



Temas mais frequentes no TST	2023
Horas extras (2)	37.786
Honorários advocatícios (1)	35.174
Negativa de prestação jurisdicional (1)	33.286
Intervalo intrajornada (2)	26.611
Terceirização/Ente público (2)	23.321
Justiça gratuita (2)	19.233
Indenização por danos morais (2)	17.350
Valor de execução/cálculo/correção (1)	15.837
Ônus da prova (1)	14.502
Adicional de insalubridade (2)	14.200

Legenda:	(1) Tema processual
	(2) Direito trabalhista

Sua empresa possui dados que possam lhe indicar, via pedidos apresentados nas reclamações de seus ex-empregados, as razões pelas quais tem ela sido demandada, perante as Varas do Trabalho, TRTs e TST? Convém solicitar aos seus departamentos um demonstrativo bem objetivo, sem “achismos”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Achismo = Tendência a avaliar as situações segundo as próprias opiniões ou intenções, em geral com base apenas na justificação intangível e subjetiva do “eu acho que”.

Por fim, a Justiça do Trabalho<sup>4</sup> também calcula os índices de conciliação (38%), extinção (13%), procedência total (7%) e parcial (31%) e improcedência (11%) das reclamações que nela tramitaram, p. ex., em 2022 (os dados de 2023 ainda não são conhecidos). É importante que sua empresa compare as percentagens do seu acervo e passivo.

Depois, sim, cientificamente, sua empresa poderá confirmar que as ações trabalhistas caíram significativamente, que não são “direitos mínimos” os questionados e que há bons “índices” de conciliação, poucas procedências totais, algumas parciais e até improcedências e extinções de processos sem perdas. Ao fim e ao cabo, é bom reavaliar as contingências trabalhistas, visando encolher dispêndios, que encurtam o lucro. Boa tarefa!

<sup>4</sup> Anuário da Justiça do Trabalho, ano 2024, dados de 2022.

## DEPUTADO LUIZ GASTÃO (PSD-CE) DEFENDE TEXTO QUE REGULAMENTA A REFORMA TRIBUTÁRIA APROVADO NA CÂMARA

*Parlamentar integrou grupo de trabalho que estabeleceu normas para o novo sistema tributário brasileiro. Proposta deve ser analisada no Senado após as eleições*

“Nossa primeira preocupação foi eliminar ao máximo todas as obrigações acessórias e todas as dúvidas de interpretação para que se pudesse ter um texto limpo e que trouxesse Justiça e humanizasse ainda mais a relação entre o fisco e o contribuinte.” Foi com essa premissa que o deputado federal Luiz Gastão (PSD-CE) atuou como integrante do Grupo de Trabalho que criou a proposta de regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados.

O esforço, segundo o parlamentar, deu resultado. Luiz Gastão se mostra orgulhoso do resultado. “Nós conseguimos fazer o split payment inteligente, que traz uma agilidade maior, e não tenho dúvida de que, através desse pagamento mais efetivo, vai diminuir muito o problema de fluxo de caixa das empresas e de retenção pela compensação dos créditos devidos às empresas (...) compreender que os planos de saúde, os vales-alimentações comprados pelas empresas, são consumo, embora destinados aos trabalhadores por conta de Convenções Coletivas. Havia previsibilidade, no projeto do governo,

de que eles não pudessem ser creditados. Então, essa também foi, principalmente para o segmento de serviço, uma das grandes vitórias com relação ao reconhecimento desse creditamento, desses custos, que são custos reais e fazem parte do dia a dia das empresas (...) modificações que buscavam melhorar a ambiência de negócio, a segurança jurídica e a previsibilidade, tão importantes, tão questionadas no atual sistema tributário, e acredito que será uma revolução e ajudará muito no crescimento do País no futuro”, explica.

Luiz Gastão faz questão de rebater as críticas de que a reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional teve como foco a indústria em detrimento de outros setores econômicos. “Não foi uma discussão só da indústria, mas uma discussão de todos os segmentos, batemos todos os recordes, tivemos mais audiências e mais tempo cronometrado e marcado de mesas-redondas do que a própria discussão da Constituinte. E houve a maior audiência pública da história do Congresso Nacional, com a presença de





43 entidades. Tive o prazer de ser o mediador dessa mesa, de presidir e coordenar o trabalho. Então, nós não podemos dizer que não houve discussão, que foi um grupo pequeno, muito pelo contrário, o grupo de sete deputados pôde se distribuir e fazer com que se escutasse a todos”, argumenta.

O deputado afirma, ainda, que as mudanças feitas durante a regulamentação devem diminuir a carga tributária do setor de serviços. “Nós temos um custo de imposto em torno de 18%, de 15% a 18%, no setor de asseio, e no setor de vigilância ele vai cair aí para algo em torno de 9% a 13%, dependendo de algumas localizações, de alguns pontos das empresas. Esses impostos, normalmente, são por dentro, e as nossas empresas não têm nenhum crédito que elas utilizem com relação a isso, nem de combustível, nem de luz, nada (...) Com a nova sistemática de imposto, é importante entender isso, se o nosso custo do imposto era, vamos supor, 82, e 18 de imposto, a nota para o fornecedor será apenas de 82, com os 18 por fora ou o imposto de 26 por fora. Só que esse imposto vai ser creditado na sua integralidade para o consumidor que está comprando esse serviço (...) Com o desenrolar e com a implementação dessa reforma tributária, vamos ter aí um desenvolvimento muito maior.”

Sobre a criação de exceções, o parlamentar do Ceará se mostra contrário. “Olha, sobre a alíquota estimada de 26,5%, vamos aí ponderar e entender que são projeções, nós não temos uma certeza com relação a isso. As projeções que levaram ao governo, dentro de estudo feito juntamente com o Tribunal de Contas, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comér-

cio (OMC), de programas que existem para fazer a projeção dessa alíquota com relação aos dados que o governo tem, apresentaram uma alíquota de IVA para todo o País para manter a atual carga tributária entre 20% e 21%. A partir do momento em que se deu a concessão para o setor de educação, baixando a alíquota, em que se deu isenção de alguns itens na cesta básica, em que alguns setores, como o de bares e restaurantes, tiveram alíquota menor, cada ação dessa gera um impacto na alíquota maior.”

Luiz Gastão, no entanto, não descarta a possibilidade de o Senado promover mudanças nos textos da regulamentação apresentados pela Câmara, além disso o deputado acredita em ajustes ao longo do tempo. A previsão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é que o tema seja discutido apenas após as eleições municipais de outubro.

“É óbvio que essas medidas poderão, deverão ser modificadas ao longo do tempo. Na hora que se implementa esse sistema e se tem os dados reais da economia, é possível ver quais setores são os maiores indutores de desenvolvimento de mão de obra. Haverá uma descentralização da logística com relação a entregas de produtos, então teremos empresas de médio porte instaladas no País. O imposto passa a ser do destino, que muda completamente a concepção e, a meu ver, essa reforma aprovada, vai mudar completamente a relação jurídica e tributária sobre o imposto de consumo no País, trazendo segurança jurídica, previsibilidade e logicamente mais investimentos e disposição dos empresários de investir mais no País”, conclui Luiz Gastão.



**Éder Machado Leite**  
Advogado, Mestre  
em Direito, sócio do  
escritório Costa Couto  
Advogados Associados e  
Consultor Jurídico da Fenavist

## O impacto das decisões jurídicas recentes e de convênios entre o poder público e a iniciativa privada no setor de vigilância e segurança privada

Nos últimos anos, o setor de vigilância e segurança privada tem se consolidado como uma peça fundamental na proteção de bens e pessoas no Brasil. Com o aumento das demandas sociais por segurança e a sofisticação das ameaças, as empresas desse segmento enfrentam desafios constantes para se manterem atualizadas e operando dentro da legalidade.

A atuação de empresas sem registro, todavia, tem sido um problema grave no setor, acirrando a concorrência desleal e abrindo espaço para incidentes que, paradoxalmente, refletem negativamente na imagem das empresas regulares. O número de ocorrências envolvendo empresas sem registro é uma realidade preocupante, reforçada por decisões judiciais que autorizam o funcionamento dessas empresas quando a vigilância é desempenhada sem armamento de fogo.

Para piorar, programas e políticas públicas têm ocupado funções que deveriam ser juridicamente destinadas às empresas de vigilância. Nesse contexto, é vital revisitar as origens da Lei nº 8.863/94, que aprimorou a Lei nº 7.102/1983, para compreender a importância da regularidade no setor.

Este artigo aborda as origens históricas e as principais decisões sobre o tema, destacando a importância de contratar empresas regulares.

Os noticiários frequentemente registram incidentes envolvendo prestadores de serviços de vigilância patrimonial. Um dos casos mais marcantes foi o trágico incidente no Carrefour, que acendeu um alerta para a sociedade. No entanto, apesar de ter noticiados no-

vos incidentes, o que é menos divulgado é que eles ocorrem principalmente com empresas sem registro perante a Polícia Federal, em desacordo com a legislação.

Contraditoriamente, os tribunais têm acolhido pedidos de empresas sem registro na Polícia Federal para atuarem à revelia das exigências normativas. Essas empresas, por prestarem serviços sem o uso de armas de fogo, operam sem qualquer tipo de controle ou treinamento, o que frequentemente resulta em incidentes.

Vale lembrar que a Lei nº 8.863/94 foi criada após um episódio trágico: o extermínio de crianças e adolescentes no início da década de 1990. Essa legislação surgiu de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, destacando a necessidade de regulamentar rigorosamente o setor.

Inicialmente, a Lei nº 7.102/1983 disciplinava a vigilância em estabelecimentos bancários e no transporte de valores. Porém, a crescente demanda por segurança em estabelecimentos comerciais, condomínios residenciais, e segurança pessoal, devido à insuficiência dos serviços de segurança pública, exigiu uma ampliação dessa regulamentação. A Lei nº 8.863/94 veio como um reforço, disciplinando essas atividades e inserindo-as nas disposições da Lei nº 7.102/83.

Considerar que empresas que prestam serviços de segurança residencial e comercial sem uso de armamento estão fora das disposições da Lei nº 7.102/83 é um erro. Isso esvazia o atual sentido da lei e, ao se-

“

***O desrespeito à legislação e a criação de programas que preveem a prestação de serviços por convênios apenas agravam as dificuldades do setor e são as principais causas dos incidentes com vigilantes.***

”

rem permitidas pelos Tribunais, essas decisões abrem espaço para incidentes devido à falta de fiscalização e treinamento.

Exigir a fiscalização e promover a contratação de empresas regulares é fundamental para enfrentar o aumento da violência na sociedade. Atualmente, a violência contra pessoas é uma preocupação crescente, e é necessário ter maior controle e fiscalização, ao contrário do afrouxamento que pode causar mais problemas entre as esferas da segurança pública e privada. Já existem distorções significativas no mercado, como a participação de policiais em atividades privadas de segurança, popularmente conhecidas como “bicos”.

A fiscalização da Polícia Federal e a conformidade com critérios rigorosos para atuar no setor de vigilância são respostas necessárias do Poder Público à proliferação de empresas de segurança sem treinamento.

Contrariando essa necessidade e a origem da Lei nº 8.863/94, algumas unidades da Federação têm formado parcerias entre ex-policiais e policiais de folga com tomadores de serviços de vigilância. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o programa Operação Segurança Presente foi ampliado, e, no Espírito Santo, convênios entre órgãos públicos estaduais e a Polícia Militar permitem que oficiais da reserva remunerada da PM sejam agregados ao serviço ativo para prestar serviços de vigilância em instituições públicas como a UFES, TJES, Defensoria Pública/ES e TJPA.

Essas ações contrariam o espírito da Lei nº 8.863/1994, que visava afastar autoridades policiais das atividades de vigilância privada. Além disso, violam o Decreto

89.056/1983, art. 12, § 2º, acrescido pelo Decreto 1.592/1995, que limita a atuação da Polícia Militar a estabelecimentos financeiros estaduais.

Em resumo, a criação de programas e convênios que estabelecem vigilância ostensiva em áreas específicas, mesmo se realizada por agentes públicos fora do horário de serviço, acaba por substituir a vigilância patrimonial adequada, empregando pessoas sem treinamento específico e, portanto, contrariando os limites normativos.

As decisões dos Tribunais e as iniciativas de governos estaduais têm tornado precários os contratos, reduzido o controle exercido pela Polícia Federal e agravado os desafios enfrentados pelo setor. Segundo o artigo “O Cenário da Segurança Privada no Brasil nos Últimos Anos”<sup>1</sup>, existem hoje 2.963 empresas especializadas em segurança privada e 1.841 empresas orgânicas, ou seja, aquelas autorizadas pela Polícia Federal a executar a própria segurança. Entre 2017 e 2023, houve uma queda de 99.433 vigilantes empregados no Brasil, uma redução de cerca de 17% no período.

Conclui-se que o desrespeito à legislação e a criação de programas que preveem a prestação de serviços por convênios apenas agravam as dificuldades do setor e são as principais causas dos incidentes com vigilantes. Empresas sem registro ou fiscalização não garantem a qualidade necessária aos serviços de segurança patrimonial, comprometendo a segurança da população.

<sup>1</sup> Publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, disponível em <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/o-cenario-da-seguranca-privada-no-brasil-nos-ultimos-anos/>

# Informação SEGURA



## **A PORTARIA/MPA Nº 408/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023, FOI EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E “DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NOS PORTOS ORGANIZADOS E A ORGANIZAÇÃO DA GUARDA PORTUÁRIA**

A norma visa promover, direta ou indiretamente, a segurança e vigilância nos portos organizados, em observância ao Estudo de Avaliação de Riscos (EAR), ao Plano de Segurança Portuária (PSP) e às determinações da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), tudo por meio da adoção das medidas necessárias pela administração dos portos.

Segundo a nova Portaria, todas as Autoridades Portuárias do Brasil terão até o dia 31 de dezembro de 2024 para assegurar que todos os agentes que atuam na segurança dos portos sejam integrantes da Guarda Portuária, pertencentes ao quadro funcional das companhias. Ou seja, o regulamento proíbe a terceirização das atividades de segurança e vigilância nos portos organizados no Brasil, atribuindo a exclusividade desses serviços à Guarda Portuária.

Importa destacar que a Portaria atende à reivindicação dos guardas portuários, sobretudo a Guarda do Porto de Santos (o maior contingente no Brasil), que temiam ser dispensados e substituídos por empresas terceirizadas de segurança. Com a nova medida, foi revogada a Portaria 84/2021, que permitia a terceirização das atividades que competem aos guardas portuários.

Verifica-se, na prática, que a guarda portuária não constitui carreira típica de Estado, nem exerce poder de polícia nas áreas portuárias, mas apenas atribuições administrativas de vigilância patrimonial e segurança de pessoas nas dependências dos portos e instalações portuárias. Desse modo, ao contrário do que institui a nova norma, não deveria haver óbice à terceirização de atividades de guarda portuária por empresas especializadas em serviços de vigilância e segurança, porquanto não há exercício de poder de polícia, o qual é reservado constitucionalmente à polícia federal.

Sobre isso, entende-se que se mostra definitivamente desapropriada a proibição de terceirização das atividades de segurança e vigilância nos portos organizados no Brasil e a atribuição de exclusividade desses serviços à Guarda Portuária, como estabelecido pela Portaria/MPA nº 408/2023.

## **VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - DEVERES E ATRIBUIÇÕES VINCULADOS À LEI Nº 7.102/1983 E À PORTARIA DG/PF Nº 18.045/2023 - GUARDA DA CHAVE DE AGÊNCIA BANCÁRIA POR VIGILANTE**

O exercício das atividades de segurança privada é vedado em espaços de uso comum do povo, cuja segurança compete às forças públicas. Portanto, nos termos da Lei nº 7.102/1983 e com amparo das regras disciplinadas pela Portaria DG/PF nº 18.045/2023, a vigilância patrimonial privada somente pode ser realizada em estabelecimentos públicos ou privados.

Nesse cenário, é possível concluir que a atividade de vigilância patrimonial deve ser executada dentro dos limites internos dos estabelecimentos, ficando a atuação dos vigilantes restrita ao espaço do contratante. Portanto, vislumbra-se que a guarda da chave de agência bancária por vigilante deturpa o conceito legal vinculado à vigilância patrimonial, assim como extrapola os deveres legais atribuídos ao profissional.

Não obstante a legislação atinente à matéria discriminar os deveres dos vigilantes e as características que norteiam o exercício da atividade, entende-se que não é possível a utilização de vigilantes NOS LIMITES EXTERNOS DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, de modo que a guarda da chave por vigilante, além de ser um óbice legal, expõe o profissional e seus familiares a grave risco, transformando-o em alvo fácil para as quadrilhas especializadas em roubo.

Inclusive, notório é que as instituições financeiras se utilizam de empresas especializadas para a abertura e o fechamento das agências, fato que reduziu, e muito, as ocorrências que envolvem os funcionários e suas famílias fora do horário de expediente – isso, com o fito de preservar a vida e garantir a segurança do estabelecimento.

Atribuir ao vigilante a responsabilidade pela guarda da chave da agência bancária encontra óbice legal, além de ampliar deveres e atrair insegurança para o profissional e as pessoas que o rodeiam. Exatamente por esses motivos entende-se que atribuir ao vigilante a guarda de chaves bancárias não atende ao critério da legalidade, além de colocar em situação de vulnerabilidade o profissional que tem como função justamente garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

### **PL 375/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOSÉ TROVÃO - FEDERALIZAÇÃO DO CRIME DE ROUBO CONTRA A ATIVIDADE DE ESCOLTA ARMADA**

O PL nº 375/2024, em voga, traz como justificação os seguintes fundamentos:

I - a federalização do crime de roubo de cargas seguradas em todo o território nacional garante uma resposta mais eficaz e contundente;

II - o roubo de cargas causa um impacto significativo na economia nacional, gerando prejuízos bilionários para as empresas, além de colocar em risco a vida dos motoristas e dos agentes de segurança privada;

III - a federalização do crime permitirá a atuação da Polícia Federal, que possui expertise e capilaridade para investigar e combater crimes dessa natureza;

IV - a medida visa aumentar a pena para o crime de roubo de cargas seguradas, especialmente quando praticado contra veículos que transportam cargas de alto valor, com emprego de armas ou explosivos, ou em concurso de pessoas.

A par disso, tem-se três direções de análise: 1) o lugar que tem ocupado, no Brasil, o roubo de cargas nas dinâmicas criminais contemporâneas; 2) os mecanismos que são acionados pelas empresas prejudicadas pelos roubos em termos de segurança de seu patrimônio; 3) as formas de ação do poder público em relação a essa modalidade de crime.

Cabe apontar particularidades do crime, que se pretende federalizar, que justificam as presentes orientações de análise. Em primeiro lugar, essa modalidade de roubo atinge, em geral, direta e indiretamente grandes empresas e corporações (aquelas produtoras dos bens, as empresas de transporte, as empresas de segurança privada; as empresas de seguro e, por vezes, redes de varejo). O fato de atingir bens patrimoniais, não aqueles individuais do cidadão, mas aqueles das corporações econômicas, atribui uma outra dimensão à modalidade do crime contra o patrimônio. Essa assimetria, existente entre uma vítima individual e uma corporativa, vai se refletir, conseqüentemente, nos diferentes efeitos econômicos do fenômeno e sobretudo nos arranjos políticos destinados à sua repressão e mesmo à punição.

Em segundo lugar, essa modalidade de crime tem servido de verdadeiro observatório das medidas de segurança para a sua prevenção e contenção (dispositivos de rastreamento, fechaduras especiais, controle das cargas, escoltas especiais etc.). Um verdadeiro complexo de negócios se forma em torno do delito tanto para a criação e produção de artefatos como para a geração de serviços especializados.

Em terceiro lugar, as perdas com os roubos de cargas têm desencadeado intensas ações políticas que mobilizam sindicatos patronais, associações de empresários e federações da indústria e comércio. Essas ações políticas vêm resultando em um trabalho cada vez mais conjunto e articulado das instituições patronais com o setor público, no trabalho de cooperação operacional que envolve inclusive a mobilização de recursos materiais e financeiros.

Em quarto lugar, no âmbito das dinâmicas criminais, essa modalidade de crime não favorece ações individuais, mas requer ação coletiva, planejada, organizada para que seja efetivada, o que requer a mobilização de recursos diversos como, por exemplo, armas de fogo, carros, caminhões, espaços para armazenagem da carga roubada e rede de receptadores (indivíduos ou empresas) para a circulação das mercadorias.

Feitas tais considerações, entende-se que o PL nº 375/2024 encontra pertinência temática e alcança juridicidade, atentando-se para o fato de que a tipificação depende de LEI e que tal fato eleva a proteção da escolta.

### **EMPRESA É CONDENADA A INDENIZAR EMPREGADO FERIDO POR COLEGA DE TRABALHO**

A 11ª Turma do TRT-4 decidiu, por maioria, que um pintor de veículos que teve a mão cortada em uma brincadeira feita por um colega deve receber indenização por danos materiais, estéticos e morais que somam R\$ 490.000,00. A empregadora é uma indústria automotiva.

Conforme fatos comprovados nos autos, o colega passou, de forma inesperada, um estilete na palma da mão direita do autor, a título de “brincadeira”, causando-lhe um corte severo, o qual atingiu os seus nervos. O perito médico concluiu que a perda da função da mão atingida foi de grau severo, correspondente a 52,5% da tabela DPVAT, incapacitando o trabalhador para utilizá-la para

atividades de força. Além disso, afirmou que há prejuízo da abertura da mão para hábitos de higiene e cuidados.

O juízo de primeiro grau entendeu que o acidente se caracterizou como ato de terceiro e isolado, o que afastaria a responsabilidade da empregadora. No entanto, o Colegiado do TRT-4, por maioria, considerou presente a responsabilidade indireta do estabelecimento pelo ato do empregado, ratificando estar presente a responsabilidade objetiva expressa nos artigos 932 e 933, do Código Civil.

### **TRABALHADOR COM FILHO AUTISTA TEM JORNADA REDUZIDA EM 50%**

A 1ª Turma do TRT-2 determinou que a Fundação Casa de São Paulo reduza em 50% a jornada de um trabalhador, sem prejuízo da remuneração, nem necessidade de compensação, para que possa ser acompanhante do filho, que é portador de TEA. A medida vale enquanto comprovada a necessidade, exigindo-se apenas prova de vida anual da criança.

A decisão modificou sentença de primeira instância que indeferiu o pedido com base no princípio da legalidade, previsto no Direito Administrativo, concluindo que não havia base legal para autorizar a diminuição das horas de trabalho. A negativa também se deu com a alegação de que não se trata de pai solo, que a escala 2x2 do homem permitia-lhe ter cuidados com o filho e que os acompanhamentos feitos não provocaram sanções administrativas ao profissional.

A relatora do caso ratificou que a situação envolve também epilepsias fármaco-resistentes e é complexa o suficiente para que a análise considere as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil (como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência), a Constituição da República e as leis ordinárias, hierarquicamente, motivo pelo qual o trabalhador faria jus à redução de jornada.



**Informação  
SEGURA**

\*CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório **COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS** – colaboraram Dra. Gabriela Branco e Dr. Éder Machado Leite.

# Pela aprovação do PL 1.348/19

Como presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEESP), acumulando também a função de vice-presidente da (ABSEG), segundo vice-presidente do (SESVESP), diretor de escolta armada (ABREVIS), diretor (CEBRASSE) e vice-presidente para assuntos de escolta armada da (Fenavist), reforço meu compromisso incansável com a segurança de profissionais e empresas de segurança privada.

Recentemente, enviamos ofício para todas as autoridades e os órgãos competentes em busca de agregar valor e profissionalizar nosso setor de segurança com a sugestão de federalizar crimes contra a escolta armada, representando um passo significativo contra ataques criminosos que ameaçam profissionais e cargas.

O aumento dos ataques em equipes de escolta armada, especialmente no Rio de Janeiro, levou a roubos de material bélico, gerando confrontos violentos e prejudicando a segurança de transporte e logística.

A proteção de cargas, vigilantes e condutores é cada vez mais desafiadora. A escolta armada se tornou essencial para mitigar riscos e garantir a segurança dos bens transportados. Fortalecer essa atividade é crucial para manter as cadeias logísticas em funcionamento e promover o desenvolvimento econômico do País.

Isso, por sua vez, promete uma ação mais ágil e eficaz contra investidas criminosas, reforçando a proteção de nossos profissionais e a segurança das cargas que transportamos.

Na Portaria 18045/2023, destaco especialmente o aumento de munições de 2 (duas) para 3 (três) cargas por arma utilizada em uma Escolta Armada.

Considerando que uma equipe normalmente é composta de (2) dois vigilantes, que devem portar obrigatoriamente (2) duas armas de fogo curtas e (1) uma arma longa, é crucial que as empresas estejam atentas ao estado de seu cadastro no GESP.

Devem também fazer as aquisições necessárias em conformidade com as normas federais vigentes, além de avaliar contratos ativos, números de viaturas e sempre estar atentas aos prazos de validade dos coletes de proteção balística.

As vistorias conduzidas pelo DPF estão se tornando mais rigorosas, exigindo mais atenção para atender às premissas legais. Algumas dessas premissas incluem:

- Travas de cofres robustas, de acordo com as exigências legais.
- Extintores de incêndio dentro do prazo de validade.



**Autair Iuga**  
Presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEESP)

- Caixas de areia nos cofres para manuseio de munições.
- Sistemas de monitoramento e gravação de imagens com capacidade de armazenamento adequada.
- Vagas claramente delimitadas para viaturas operacionais e administrativas.
- Sistemas de software operacionais capazes de gerar, em tempo real, informações sobre armas e munições no cofre e durante operações de Escolta Armada, entre outros.

Uma mudança importante nas ocorrências de materiais bélicos fiscalizados e controlados pela PF, como Furto, Roubo, Extravio, Apreensão e Recuperação (F, R, E, A, R), é que o Boletim de Ocorrência (BO) deve ser feito no distrito policial da área no mesmo dia, como antes. No entanto, agora temos um (1) dia útil para informar a PF, o que é benéfico em fins de semana e feriados.

É recomendado que todos os empresários e suas respectivas assessorias avaliem e estudem essa portaria para evitarem surpresas desagradáveis.

Além disso, informamos que, de 23 a 27 de agosto de 2023, acontecerá o Encontro Nacional das Empresas de Segurança do Brasil (ENESP-SUDESTE) na cidade do Rio de Janeiro, com a participação dos sindicatos patronais e autoridades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Sindicato das Empresas de Escolta Armada do Estado de São Paulo (SEMEESP) estará presente, representando a Escolta Armada do Estado de São Paulo.

É crucial que empresas, órgãos de segurança e autoridades unam esforços contra o crime organizado e protejam operações logísticas. Com políticas eficazes, investimentos em tecnologia e capacitação contínua, enfrentaremos desafios e preservaremos a integridade das cargas, bem como o bem maior, a vida humana.

Enalteçamos os profissionais de segurança e o esforço da ABSEG em contribuir com a qualificação e profissionalização do nosso setor, com a intenção de auxiliar, complementar e alertar sobre as boas práticas no setor de escolta armada, contribuindo e agregando valor para a integração entre segurança pública e segurança privada.

Ressaltamos que o prejuízo anual em roubo de cargas no Brasil pode chegar ao montante de 2 (dois) bilhões de reais por ano, devido à subnotificação dos crimes.

## TRAJETÓRIA SEGURA:

# Sandro Moura

Uma história como a de tantos outros brasileiros, de muita luta e sonhos, que passa por desafios “intransponíveis” e idealizações, uma história hoje contada com honra e orgulho do caminho percorrido, assim teve início a jornada do empresário Sandro Moura aos 17 anos, ao lado da companheira de uma vida, Mércia Gardênia, com 16.

Todo início guarda suas dificuldades, mas a tenra idade de ambos potencializou os percalços do caminho. Juntos, tiveram três filhos: dois meninos e uma menina. “E estamos unidos há mais de três décadas”, confidencia o empresário.

Entre os sonhos, o da casa própria era o mais latente, e, para atingir seu primeiro grande objetivo, Sandro abriu mão de qualquer tipo de vaidade, vestiu a camisa de várias profissões, inclusive a de que mais se orgulha, auxiliar de serviços gerais, e faz questão sempre de se recordar.

A resiliência tinha uma forte raiz, o caráter de luta certamente fora herdado do pai, William Santos de Melo Moura, contador, esta a primeira herança em vida deixada para Sandro, que concluiu o curso nos idos de 1999, já com um escritório conceituado e querido pelos clientes em Sergipe.

Muito se fez pensando na família, enquanto Sandro cuidava do escritório, já com o suporte de Mércia, esta também buscava dar apoio financeiro em outras oportunidades de empreender.

A partir de então, já gerindo o escritório de contabilidade, Sandro Moura decidiu atuar no ramo da terceirização, sonho que se tornou realidade. Durante o percurso, caminhou por várias experiências profissionais, incluindo uma distribuidora de cosméticos, sempre crendo na consolidação dos negócios.

Com a consciência de que precisava se especializar na área de atuação que mais lhe trazia esperança, resolveu estudar e se aprofundar em licitações, intensificando o foco e galgando espaço no mercado.



“A responsabilidade vem misturada com o orgulho de empregar pais e mães responsáveis por milhares de famílias, de “gerar emprego e renda, com postos de trabalho que garantem direitos”



Nessa época, Sandro e Mércia já viviam aquilo que sonharam juntos lá atrás, o sucesso nas empreitadas já era realidade. A expansão já havia atingido estados vizinhos como Alagoas, Bahia e Paraíba, tendo oportunidade nessa época de adquirir sua primeira sede no bairro Aeroporto, ainda de sua propriedade até os dias de hoje.

Entre aprendizados e realizações, vicissitudes impostas para o próprio crescimento, foi que finalmente, no ano de 2010, Sandro e Mércia concebem o núcleo do que hoje é a NC Grupo Empresarial, um grande marco na vida do casal que, além de atuar na área de limpeza (sonho inicial), já recebia a permissão para atuar na área de segurança, chegando a adquirir a nova sede no ano de 2013 na rua Campo do Brito, em Aracaju.

Hoje, o NC Grupo Empresarial tem sedes nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, atuando também na área da formação profissional de vigilantes por meio da ADVANCED, recente aquisição.

Nos 20 anos de atuação, angariou cerca de 400 clientes por todo o Brasil.

Sandro Moura recorda o período em que o isolamento social imposto pela pandemia se tornou uma parte significativa da vida da família. O empresário descreve como impacto negativo na rotina a maior permanência em casa do que o habitual. No entanto, destaca um aspecto positivo da situação, que foi o avanço na área de monitoramento eletrônico. “A necessidade de manter o distanciamento

social impulsionou o desenvolvimento e a adoção de tecnologias de monitoramento mais avançadas”, explica.

Junto com a crise pandêmica, vieram as perdas de grandes colaboradores e amigos que hoje se tornaram um misto de boas recordações e saudades.

Sandro Moura faz questão de reforçar a importância da esposa na trajetória de sucesso. “No percurso, Mércia não foi tão somente uma companhia, mas um braço forte”, conta.

Segundo o casal, para ser empresário no Brasil, ou em qualquer lugar do mundo, tem que ter dentro de si uma inquietação, uma motivação que o inspire a buscar coisas novas, inclusive, oportunidades de atuação diversas.

Sandro e Mércia têm a consciência de que a responsabilidade vem misturada com o orgulho de empregar pais e mães responsáveis por milhares de famílias, de “gerar emprego e renda, com postos de trabalho que garantem direitos”, lembra Sandro.

“Para se ter uma ideia, hoje, o setor de serviços – área na qual se enquadra a NC – gera mais de 20 milhões de empregos no País. O setor só perde em importância para os gigantes do agro e da construção civil. Mesmo assim, é responsável pela empregabilidade dos segmentos da população com menor escolaridade e com mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho”, conclui o empresário.



## Fenavist Discute Estatuto da Segurança Privada com ministro da Justiça

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, reuniu-se com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, no último dia 2 de abril. O encontro foi uma visita de cortesia.

Nazário apresentou a Federação e o segmento ao ministro. Além disso, explicou a importância do Estatuto da Segurança Privada para a atividade e pediu o apoio de Lewandowski para a aprovação da matéria.

Os vice-presidentes da entidade Urubatan Romero e Jacymar Dalcamini, além da consultora parlamentar Cléria Santos, também participaram da reunião.



## Fenavist esteve presente no Fórum Nacional de Superintendentes da CNC

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, participou do 5º Fórum Nacional de Superintendentes das Federações do Sistema Comércio. O encontro, realizado no dia 17 de julho, reuniu executivos das 34 federações, que conheceram iniciativas e programas das Diretorias Jurídica e Sindical (DJS), de Economia e Inovação (Dein) e de Relações Institucionais (DRI) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Durante o encerramento do Fórum, os participantes foram apresentados às novidades que vêm sendo desenvolvidas, como o CNC Innovation Day, implementado como projeto-piloto em 2023 e que vai avançar para todas as federações este ano, o evento Global Voices e a Semana S em que irão trabalhar a imagem institucional e entregar para as empresas representadas e toda a sociedade.

## Fenavist foi um dos palestrantes do 1º Workshop Estadual da Segurança Privada de Goiás

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste, Ivan Hermano Filho, foi um dos palestrantes do 1º Workshop Estadual da Segurança Privada de Goiás, realizado nos dias 13 e 14 de junho, em Goiânia. Ivan apresentou a Federação aos participantes e debateu sobre o futuro do segmento.

Vale lembrar que o controle da segurança privada exercido pela Polícia Federal no Brasil é regulamentado pela Lei nº 7.102/83, que estabelece requisitos e normas para o funcionamento das empresas de segurança privada e de transporte de valores, bem como para o exercício das atividades de segurança privada por parte dos vigilantes.

A PF é responsável por emitir autorizações e fiscalizar as empresas e profissionais que atuam nesse setor, garantindo que cumpram os requisitos legais, como treinamento adequado, idoneidade dos profissionais, e o uso correto de armamentos, quando necessário. Essa regulação busca garantir a segurança e a integridade tanto dos profissionais da segurança privada quanto da população em geral.



## Fenavist participa de reunião da CCASP

A Fenavist participou, no dia 25 de maio, de reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal. A entidade é representada no colegiado pelo vice-presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste, Ivan Hermano Filho, e pelo vice-presidente para Assuntos da Região Sudeste, Frederico Crim Câmara.

Na pauta de discussão assuntos como: a Portaria 18.974/2024, da Polícia Federal; o Ofício Circular nº 1/2024/CGCSP/DPA/PF, que trata sobre a necessidade de as empresas informarem às DELESPs e às UCVs em que locais aplicarão a exceção prevista no ofício-circular; Ofício nº 30/2024/DICOF/CGCSP/DPA/PF, sobre o procedimento de coleta de fotografias dos vigilantes para a CNV e a situação do Rio Grande do Sul.

Além disso, a Fenavist incluiu na pauta a discussão da inconstitucionalidade do § 2º do artigo 19 do Decreto nº 11.615/2023 (que faz menção ao inciso I do artigo 4º, inciso I, da Lei nº 10.826/2003) e o combate às licitações para contratação de empresa especializada em serviços de vigilância patrimonial desarmada, sem exigir que seja autorizada a funcionar pela PF.



## Diretores da Fenavist prestigiam Congresso da Fepasep

Diretores da Fenavist participam do 17º Congresso Pan-Americano de Empresas de Segurança Privada, na Cidade do México, entre os dias 15 e 18 de maio. O evento, promovido pela Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep), reuniu empresários e entidades de todo o continente.



A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro **Gestão de Riscos na Segurança Pública: benefícios e desafios**, de autoria de Tácio Augusto Silva Leite e Dr. Hélio Jorge Paixão.

Sinopse: A gestão de riscos na segurança pública é uma prática essencial para garantir a proteção eficaz das comunidades e a eficiência das operações policiais. Com a crescente complexidade dos riscos enfrentados pelas agências de aplicação da lei, desde ameaças físicas diretas até implicações financeiras e de reputação, torna-se imperativo adotar uma abordagem robusta e integrada para gerenciar esses desafios. Este artigo explora a importância, os benefícios e os desafios da implementação de práticas de gestão de riscos na segurança pública, fornecendo uma visão abrangente sobre como essas práticas podem ser efetivamente incorporadas nas operações diárias das forças de segurança.

A gestão de riscos, conforme definida pela ISO 31000, abrange um conjunto de atividades coordenadas para orientar e controlar uma organização em relação aos riscos. Na segurança pública, essa prática é amplificada devido à natureza crítica dos riscos enfrentados, que afetam diretamente a vida e a segurança das pessoas. Por meio da análise de normas relevantes, como a ISO 31000 e a ISO 31050, e de estudos de caso de agências como o Departamento de Polícia de Seattle (SPD) e o Departamento de Polícia de Oakland (OPD), este livro oferece insights valiosos sobre o modo como a gestão de riscos pode melhorar a alocação de recursos, aumentar a capacidade de resposta a crises, e fortalecer a confiança pública e a transparência.

“A segurança pública e a segurança privada são dois lados da mesma moeda, integrando-se e complementando-se para formar uma abordagem holística de proteção e eficiência. Entender os benefícios da gestão de riscos nesse setor é importante para sua implementação também no setor privado. Uma abordagem robusta e integrada à gestão de riscos é fundamental não apenas para as agências de aplicação da lei, mas também para qualquer organização que busca proteger seus ativos, pessoas e promover um ambiente seguro!” Boa leitura! Acesse [www.bibliotecadeseguranca.com.br](http://www.bibliotecadeseguranca.com.br) e tenha acesso a mais de 3.600 títulos já publicados.

## Sindesp-MG apresenta palestra sobre aprovação do Estatuto da Segurança Privada



No dia 26 de abril, o auditório do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG) esteve lotado. Empresários e profissionais do segmento assistiram à palestra ministrada pelo Dr. Cristiano Campidelli, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, para compreenderem melhor os diagnósticos e as perspectivas do novo Estatuto da Segurança Privada.

“Precisamos, mais do que nunca, estar juntos. Um dos objetivos da Coordenação-Geral é fomentar o segmento, mas só conseguimos fazer isso se o entendermos”. Com esses dizeres, o palestrante fez a abertura.

“Nós temos uma legislação desatualizada. Há uma Lei, que completou 40 anos, a de nº 7.102/83, regulamentada pelo decreto no mesmo ano. Temos ainda o anexo dos cursos de formação na Portaria 3.233. A Portaria atual 18.045/2023 prevê que a Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP) fará uma portaria nova, que está sob minha responsabilidade no momento. O atraso se dá porque queremos publicar algo melhor. Por isso, estamos discutindo a questão dos Direitos Humanos, de simuladores de tiro, de armamentos menos letais, além da cobrança que recebemos do MPF e da OAB. Então, a previsão é de que essa portaria de cursos e reciclagem saia ainda neste semestre”, revela.

Durante a apresentação, Campidelli também enfatizou que a PF é grande entusiasta do novo Estatuto. “Em abril, percebemos que o setor estava desesperançoso com o cenário por se tratar de uma longa

caminhada que começou entre 2009 e 2010, além de estar parado no Senado desde 2016. Como me considero um otimista, iniciei uma caminhada juntamente com os Ministérios e conseguimos, internamente, de nosso diretor-geral expedir um ofício ao ministro da Justiça explicando a importância do Estatuto e, então, a PF, pela primeira vez, foi a campo lutar pelo Estatuto da Segurança Privada”, conta.

O coordenador-geral da PF frisou que a aprovação do estatuto é uma medida essencial para salvar vidas e garantir segurança e responsabilidade ao setor. A segurança privada emprega centenas de milhares de pessoas em todo o País, muitas delas de famílias humildes. Garantir que esses profissionais tenham condições de trabalho adequadas e regulamentadas é uma questão de justiça social.

## Sindesp-PR promove curso sobre o Direito do Trabalho



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) realizou o curso “O Novo Direito do Trabalho”, ministrado pelo advogado Hélio Gomes Coelho Junior, consultor jurídico da entidade e da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

O curso teve como foco as oportunidades despercebidas e a gestão reinventada e trouxe a debate a Reforma Trabalhista e formas de compreender, analisar e aplicar as novas ferramentas derivadas dela.

O presidente do Sindesp-PR, Alfredo Ibiapina, destacou a importância da integração dos associados em eventos desse porte. O encontro contou ainda com a participação do procurador-chefe do Ministé-

rio Público do Trabalho (MPT/PR), Alberto Emiliano de Oliveira Neto; e do chefe de seção de Relações do Trabalho da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego do Paraná, Luiz Fernando Fávoro Busnardo.

Outra ação recente, realizada pelo SINDESP-PR, foi a live “A nossa CCT como ferramenta de gestão e pessoas”, que também contou com explanação de Gomes Coelho Júnior.

### Sindesp-SE discute Estatuto da Segurança Privada



Na manhã do dia 27 de junho, o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp-SE), Sandro Moura; o diretor da entidade, Henrique Nascimento; e o presidente do Sindivigilante-SE, Reginaldo Gonçalves, reuniram-se com o senador de Sergipe, Laércio Oliveira (PP-SE), na sede da Fecomércio-SE. O senador atendeu ao pleito do Sindivigilante/SE; a reunião contou ainda com a presença dos representantes dos sindicatos da categoria de segurança privada de alguns estados do Nordeste, representantes sindicais e confederações para conversarem sobre o Estatuto da Segurança Privada.

Durante o encontro, o senador Laércio Oliveira, relator do projeto, contou sobre sua trajetória no ramo da segurança privada, motivo pelo qual buscou desarquivar o projeto, e explicou que o Estatuto visa combater a clandestinidade, promover a geração de emprego, modernizar o setor e regulamentar a profissão.

“O Estatuto estabelece normas que regulamentam a atuação das empresas de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e confiável tanto para os profissionais quanto para a sociedade. Com isso, conseguimos assegurar melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e, principalmente, a dignidade que cada um de nós merece. É um passo importante para garantir mais segurança e profissionalismo no nosso País”, comentou Laércio Oliveira.

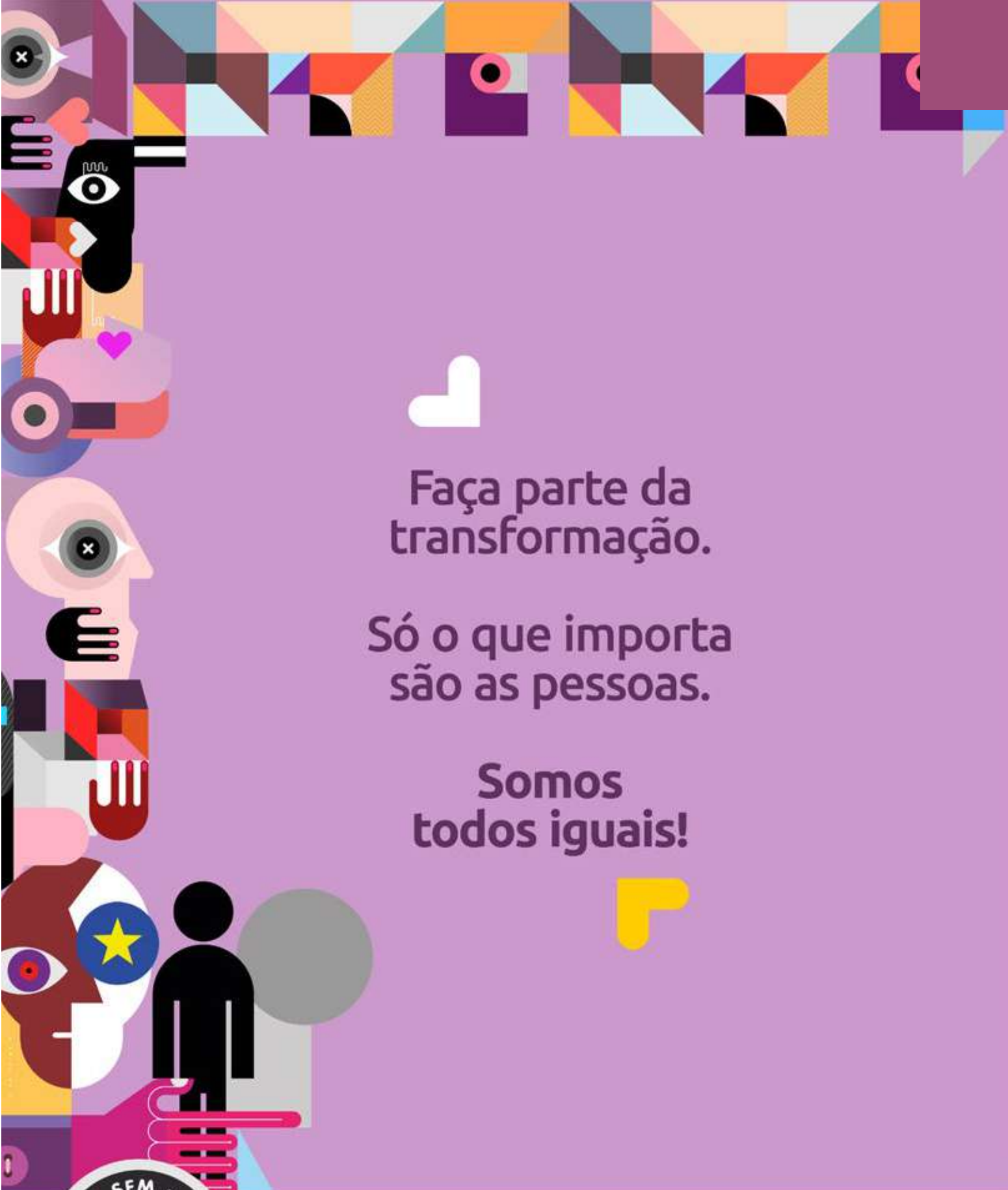
### Sindesv-MS comemora 30 anos



O Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindesv-MS) completou 30 anos no dia 14 de março. A data foi comemorada alguns dias depois, em 26 de abril, no Espaço Murano Buffet, em Campo Grande-MS. O jantar de gala teve a participação da Diretoria, de associados, familiares, do representante da Polícia Federal, dos presidentes de sindicatos estaduais, do presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, além do diretor da Federação, Urubatan Estevam Romero, e da superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga.

Durante a cerimônia, o Sindesv-MS realizou a entrega do Prêmio Mérito e Benemérito às empresas associadas e homenageou o ex-tesoureiro do sindicato, Igor Ferreira, pelos serviços prestados durante o período de 2019/2023, em que ele atuou com muita presteza e eficiência.

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, e o diretor da Federação, Urubatan Romero, foram homenageados com placas de agradecimento pelos serviços prestados ao nosso segmento.



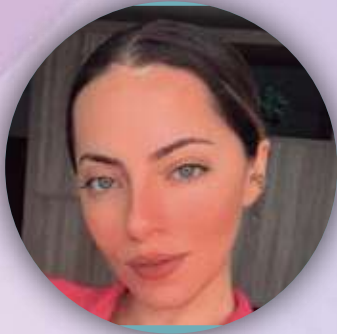
Faça parte da  
transformação.

Só o que importa  
são as pessoas.

Somos  
todos iguais!



UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES  
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR  
SÃO PAULO • BRASIL



## Jéssyca Laysa dos Santos Ferreira

### Segurança privada no sangue

Aos 31 anos, a bacharel em direito e gerente-executiva do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Paraíba (Sindesp-PB), Jéssyca Laysa dos Santos Ferreira, já tem quase uma década de experiência na segurança privada. Ao ingressar na área em 2015, a escolha pelo segmento foi natural.

“Por ser um ramo em que meus familiares já atuavam há muito tempo, minha escolha foi algo que aconteceu de forma natural, por estar sempre acompanhando a logística e o cotidiano da realidade do setor de segurança privada na Paraíba”, explica a jovem.

Antes de assumir a gerência-executiva do Sindesp-PB, Jéssyca estagiou na Justiça da Paraíba e atuou como assistente administrativa do sindicato. Para ela, o executivo é uma figura central no dia a dia das entidades de classe.

“É esse profissional que lida diretamente com o presidente e os associados, mantendo a ordem, a harmonia e a organização no ambiente sindical, além de colocar em prática todas as ações estipuladas e planejadas em reuniões para manter o desenvolvimento dos interesses das associadas em seu segmento”, argumenta.

Jéssyca também defende a importância da atividade sindical. “Equaliza adequadamente a relação entre patrão e empregado, cujas decisões amplamente discutidas e negociadas procuram sempre tratar de forma harmônica os interesses empresariais com os laborais, de forma que se mantenha a viabilidade jurídica e financeira da atividade. O principal ponto discutido anualmente é, sem sombra de dúvida, o reajuste salarial da categoria, exaustivamente debatido com a mediação do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse

debate, nem sempre se consegue chegar a um resultado ideal, mas se busca sempre um valor justo para ambas as partes. Além disso, do meu ponto de vista, a força e o empenho da coletividade garantem o sucesso das demandas do nosso segmento.”

A executiva acredita que a atividade tem um futuro promissor. “Atualmente, com o avanço da tecnologia, a segurança privada não tem se restringido apenas à utilização de vigilantes, mas também adotado a vigilância eletrônica, formada pelo conjunto de sistemas de alarme combinados com CFTV, rastreamento em tempo real de veículos e pessoas, o que, consequentemente, nos mostra que esse mercado está longe de saturar”, explica.

Jéssyca acredita, no entanto, que algumas reformas estruturantes são fundamentais para a melhoria do cenário econômico não só para a segurança privada. “Faz-se necessária uma urgente reforma tributária que possibilite uma justa atuação das empresas de segurança privada no mercado.”

A executiva do Sindesp-PB faz questão de ressaltar o orgulho do papel que desempenha. “Sou uma mulher privilegiada por ser executiva de um sindicato que tem uma mulher como presidente, digo isso pelo fato de o setor de segurança privada ser ainda considerado de atuação masculina devido às características próprias da atividade, no qual a mulher ainda é minoria. Por isso, é inegável que há muito a se fazer no setor, no que concerne à inclusão feminina. Portanto, digo às mulheres que tiverem a intenção de assumir cargos de gestão ou cargos de liderança no segmento, perseverem e não se deixem abater diante das dificuldades que certamente não vão surgir. As mulheres ainda têm muito a acrescentar e contribuir em nosso setor”, finaliza.





## Deuci Soares

### toda a força de uma mulher

Trinta anos. Esse é o tempo que a empresária Deuci Soares tem de dedicação à segurança privada. “Meu início no segmento de segurança privada foi em 1994, quando ingressei na empresa Segurança Americana. Em um primeiro momento, exerci a função de advogada na área trabalhista. Atendendo às demandas internas, atuei no processo regulatório da organização para a atividade de cursos de formação”, conta.

Formada em Direito pela Universidade São Francisco (USF), com especialização em Direito Tributário e Direito do Trabalho, Deuci viu o entusiasmo pela atividade crescer ao longo dos anos. “À medida que minha atuação no segmento se consolidava com a implantação de projetos e atividades, a identificação com a área de segurança privada se fortalecia, principalmente porque, além de formar profissionais, eu tinha a oportunidade de produzir conhecimento e educá-los para proporcionar segurança a outras pessoas.”

Dois anos após iniciar no segmento, veio a grande mudança. “Em 1996, decidi empreender e criei a Escola Paulista de Vigilantes. Sou a primeira mulher em atuação na atividade de cursos de formação. Como proprietária, também exerço a direção da empresa, à qual me dedico até hoje”, fala com orgulho a empresária.

Não demorou muito para que Deuci entendesse a importância da atividade sindical. Em 2002, assumiu o cargo de delegada da regional de Campinas, no Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP). Entre 2015 e 2023, presidiu o Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV). E, no ano passado, foi eleita presidente da entidade.

Com tanta experiência, a empresária aponta algumas incertezas que dificultam prever o futuro da segurança privada no Brasil. “Questões políticas, econômicas e serviços irregulares são alguns fatores de muita preocupação e atenção. A segurança privada é um mercado robusto, atrativo para investidores de grande porte. No entanto, o desafio mais imediato é a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que moderniza a Lei nº 7.102/1983 e está pendente há anos no Senado Federal. A implementação de uma nova legislação vai contribuir para modernizar e alinhar o setor com os padrões contemporâneos”, explica.

Em relação às escolas de formação, Deuci defende a necessidade de preços competitivos e de serviços de boa qualidade. “A função do vigilante é agir sempre com urbanidade, probidade e denodo, respeitando os direitos fundamentais das pessoas e a integridade do patrimônio. Esse profissional deve também prevenir, impedir e inibir ações criminosas em seu local de trabalho.”

A empresária aponta, ainda, a união como caminho para o desenvolvimento sustentável da atividade. “Mais que nunca, precisamos ter uma abordagem colaborativa e proativa que inclua autoridades da área de segurança em todas as esferas, nas quais está inserida a segurança privada, para alcançarmos os padrões de excelência necessários e garantir, assim, a segurança de nossa sociedade. O aperfeiçoamento constante das empresas de cursos de formação para profissionais que atendam às exigências legais, cognitivas e socioemocionais dos estudantes também deve ser observado com o rigor e o empenho que merecem”, conclui.

**SEMEESP**

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa  
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000  
 Telefone: (11) 2537-8301  
 E-mail: adm@semeesp.com.br  
 Presidente: Autair Luga

**SESVESP**

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa  
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000  
 Telefone: (11) 3858-7360  
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br  
 Presidente: Flavio Baptista Sandrini

**SINDESP/AC**

Endereço: Rua Alameda Portugal, 640, Jardim Europa/Rio Branco-AC, CEP: 69.915-44  
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com  
 Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

**SINDESP/AL**

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140  
 Telefone: (82) 3326-1325  
 E-mail: sindespal@gmail.com  
 Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

**SINDESP/AM**

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, Sala 717, Ed. The Place Business Center, Adrianópolis, Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060  
 Telefone: (92) 3613-1213  
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br  
 Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

**SINDESP/AP**

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP  
 Telefone: (96) 2101-3308  
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com  
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

**SINDESP/BA**

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020  
 Telefone: (71) 3450-0411/0563  
 E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br  
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

**SINDESP/CE**

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020, Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150  
 Telefone: (85) 3244-5599  
 E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br  
 Presidente: Halano Soares Cunha

**SINDESP/DF**

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300  
 Telefone: (61) 3233-9922/8338  
 E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br  
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

**SINDESP/ES**

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657  
 Telefone: (27) 3325-5025  
 E-mail: sindespadm@terra.com.br  
 Presidente: Edimar Barbosa

**SINDESP/GO**

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15  
 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210  
 Telefone: (62) 3218-5946/5174  
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br  
 Presidente: Ivan Hermano Filho

**SINDESP/MA**

Endereço: Edifício Tech Office – Ponta D´Areia, Avenida Dos Holandeses - Nº 06, Sala 509/510 - 5º Andar, Centro CEP: 65077-357 - São Luís-MA Telefone: (98) 3221-4557  
 E-mail: sindespma@bol.com.br  
 Presidente: Rafael Alcântara

**SINDESP/MG**

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2000, Torre 1 Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170  
 Telefone: (31) 3327-5300  
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br  
 Presidente: Renato Fortuna

**SINDESP/MT**

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200  
 Telefone: (65) 3027-6607/3607  
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br  
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

**SINDESP/PA**

Endereço: Travessa Vileta, 2.152 - Marco, Belém-PA  
 CEP: 66093-345  
 Telefone: (91) 3246-3436  
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br  
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

**SINDESP/PB**

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000  
 Telefone: (83) 3241-6466/6489  
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com  
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

**SINDESP/PE**

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000  
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032  
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br  
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

**SINDESP/PI**

Endereço: Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI  
 Telefone : (86)2106-0924  
 E-mail: asindesp.pi@outlook.com  
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

**SINDESP/PR**

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290  
 Telefone: (41) 3233-6880  
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br  
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

**SINDESP/RJ**

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240  
 Telefone: (21) 2293-4354  
 E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br  
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

**SINDESP/RN**

Endereço: Avenida Amintas, 3700 - Corporate Tower Center - Torre Business (Torre B) - 18º andar - sala 1806 - Lagoa Nova, Natal-RN CEP: 59075-810  
 Telefone: (84) 3217-0476  
 E-mail: sindesprn@hotmail.com  
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

**SINDESP/RO**

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO CEP: 76828-870  
 Telefone: (69)3226-6269  
 E-mail: sindespro\_sindesp@hotmail.com  
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

**SINDESP/RR**

Endereço: Rua Rondônia, nº 857 - Bairro dos Estados, Boa Vista/RR, CEP: 69305-500  
 Telefone: (95) 3224 8109  
 E-mail: julio.barreto@prosegur.com  
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

**SINDESP/RS**

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS CEP: 90150-004  
 Telefone: (51) 3233-7172  
 E-mail: sindesprs@sindespr.com.br  
 Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

**SINDESP/SC**

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020  
 Telefone: (48) 3223-1678/1393  
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br  
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

**SINDESP/SE**

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133  
 Telefone: (79) 3231-5971  
 E-mail: administracao@sindesp-se.com.br  
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

**SINDESP/TO**

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476  
 Telefone: (63) 3214-6593  
 E-mail: sindespto@uol.com.br  
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

**SINDESV/MS**

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450  
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307  
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br  
 Presidente: Amílto José do Pilar

**SINESVINO**

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000  
 Telefone: (54) 3268-6555  
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com  
 Presidente: Gilberto Perera



## Fique ligado na nossa **Agenda**

### **AGOSTO**

- **DIA 16**

2º Encontro dos Jurídicos da Fenavist, Brasília-DF

- **DIA 20**

Reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), Brasília-DF

- **DIAS 21 A 24**

Enesp Região Centro-Oeste 2024, Campo Grande-MS

- **DIA 23 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026), Campo Grande-MS

### **SETEMBRO**

- **DIAS 03 a 05**

ISC Brasil 2024, São Paulo-SP

### **NOVEMBRO**

- **DIA 08**

3º Encontro dos Jurídicos da Fenavist, Brasília-DF

- **DIA 19**

Reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), Brasília-DF

- **DIA 25 - Período da Tarde**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria com os parceiros do INASEP, Brasília-DF

- **DIA 26 - Período da Manhã**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026)

- **DIA 26 - Período da tarde**

Confraternização de Final de Ano da Fenavist

# Anuncie aqui!



**SUA  
EMPRESA  
COM  
DESTAQUE**

 **REVISTA Fenavist**  
Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Contato Comercial:  
(61) 3327-5440  
[fenavist@fenavist.org.br](mailto:fenavist@fenavist.org.br)

R E M E T E N T E